

1. NATUREZA E CARACTERÍSTICA DO OBJETO DE ESTUDO

1.1 O PROBLEMA DA PESQUISA

Todo o ser humano vive em grupo. É vivendo em grupo, socialmente, que ele aprende e desenvolve as atitudes e comportamentos básicos, que lhe possibilitam realizar-se como pessoa.

Ao reunir-se para trabalhar em grupo os alunos buscam complementar os métodos de ensino e assimilar de forma ativa os temas trabalhados em aula.

O estudo do meio mais do que comprovar a necessidade humana de agrupar-se, é um componente do processo de ensino pelo qual a matéria de ensino como fatos, acontecimentos, problemas e idéias é trabalhada no seu relacionamento com fatos sociais a ela conexos. O estudo do meio refere-se a todos os procedimentos que possibilitam o levantamento a discussões e a compreensão de problemas concretos do cotidiano do estudante, da sua família, do seu trabalho, da sua cidade, região ou país.

Neste estudo, pretende-se pesquisar um grupo, sua organização e sua influência sobre a comunidade escolar observando como as atividades desenvolvidas pelo grupo Kaa-eté são percebidas, compreendidas e vivenciadas durante os anos letivos ao longo de sua existência.

1.2 OBJETIVOS

A pesquisa tem como objetivos:

- Estudar o impacto dos trabalhos extraclasse desenvolvidos por um grupo ecológico na comunidade escolar que participa destas atividades.
- Analisar de que maneira as ações de um grupo com atividades extraclasse influencia uma comunidade escolar e a formação de valores.
- Resgatar a história do Grupo Ecológico Kaa-eté comparando-a com a renovação do ensino de Educação Ambiental no Brasil.
- Relacionar as atividades desenvolvidas pelo Grupo com a Lei de Diretrizes e Bases, os Planos Curriculares Nacionais e os princípios da Educação Ambiental.

1.3 JUSTIFICATIVA

Devido à imensa quantidade de informações científicas e culturais serem voltadas ao eixo Rio - São Paulo, raramente os professores de uma outra região dispõem de materiais didáticos que se refiram especificamente à sua região. Assim, as características e os problemas ambientais locais são desconsiderados/desconhecidos (DIAS, 2000). O Grupo Ecológico Kaa-eté se reúne para tratar

e examinar as principais questões ambientais seja local, regional, nacional ou mesmo internacional com o escopo de promover uma consciência ambiental mais ampla e significativa.

A nossa tradição escolar, radicalmente formal, tem impedido o desenvolvimento de uma cultura pedagógica que valorize o patrimônio de conhecimento que o aluno construiu (aprendizagem significativa por meio de atividades informais) e constrói fora do espaço da sala de aula. No fundo, esta dificuldade traduz em relevância absoluta em que se dá à qualidade formal do conhecimento. O saber sistematizado incorpora um tipo de hegemonia que beneficia extratos restritos da sociedade em detrimento da coletividade.

Segundo Carneiro (2000), o extraclasse representa um canal importante para abrir espaços de articulações escola/comunidade pela possibilidade de construir um conteúdo de ensino capaz de “satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem”. O grupo Kaa-eté, através de suas reuniões semanais atendem a essas necessidades tentando garantir o cumprimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (que preconizam que a interdisciplinaridade formada com uma prática educacional sincronizada e sintonizada com a sociedade, integra o ser humano com o pleno conhecimento) e do artigo 3º, inc. X da LDB 9394/96.

O Grupo Ecológico Kaa-eté nasceu com a missão de promover a defesa da natureza e também de difundir a Educação Ambiental, idéias e projetos que nos parece atuais. O grupo já trabalhava há quase trinta anos atrás, a educação ambiental no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, desde 1979.

Foi pioneiro na defesa ambiental, pois a introdução das questões ambientais nos currículos escolares do Brasil data da década de 80, e ganha novo impulso após a Rio-92. Atualmente, a Educação Ambiental amplia cada vez mais seu espaço nos sistemas de ensino, em decorrência dos PCN's e Temas Transversais da Lei 9795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Acreditamos que a divulgação de trabalhos desenvolvidos extraclasse, por grupos de estudantes e professores como o Grupo Ecológico Kaa-Eté, possam servir de estímulo para as demais comunidades escolares.

2. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA

2.1 PRESSUPOSTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Em 27 de Abril de 1999 foi criada a lei nº 9795 que dispõe sobre a educação ambiental, institui a política Nacional de Educação Ambiental e de outras providências, seguindo a transcrição de algumas partes.

idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

CAPÍTULO II

Art. 6º É instituída a Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 7º A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental. -Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

III - aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria

do meio ambiente;

IV - aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;

V - às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;

VI - à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de

Art. 8º As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:

I - capacitação de recursos humanos;

II - desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;

III - produção e divulgação de material educativo;

IV - acompanhamento e avaliação.

§ 1º Nas atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental serão respeitados os princípios e objetivos fixados por esta Lei.

§ 2º A capacitação de recursos humanos voltar-se-á para:

I - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino;

II - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas;

III - a preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental;

IV - a formação, especialização e atualização de profissionais na área de meio ambiente;

V - o atendimento da demanda dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à problemática ambiental.

§ 3º As ações de estudos, pesquisas e experimentações voltar-se-ão para:

I - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino;

II - a difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental;

III - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à participação dos interessados na formulação e execução de pesquisas relacionadas à problemática ambiental;

IV - a busca de alternativas curriculares e metodológicas de capacitação na área ambiental;

V - o apoio a iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material

educativo;

VI - a montagem de uma rede de banco de dados e imagens, para apoio às ações enumeradas nos incisos I a V.

Seção II

Da Educação Ambiental no Ensino Formal

Art 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I - educação básica:

a) educação infantil;

b) ensino fundamental e

c) ensino médio;

II - educação superior;

III - educação especial;

IV - educação profissional;

V - educação de jovens e adultos.

Art. 10 A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§ 2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§ 3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Art. 11 A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 12 A autorização e supervisão do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos, nas redes pública e privada, observarão o cumprimento do disposto nos arts. 10 e 11 desta Lei.

Seção III

Da Educação Ambiental Não-Formal

Art. 13 Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;

II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais

na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal;

III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais;

IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;

V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;

VI - a sensibilização ambiental dos agricultores;

VII - o ecoturismo.

Na Constituição Federal de 1988, no cap.VI, o Art.225, destaca a necessidade de promover a educação em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

No Rio Grande do Sul a lei 11.500 de 3 de agosto de 2000; institui o Código Estadual do Meio Ambiente, determinando em seu art.2, inciso III, que para garantir um ambiente ecologicamente equilibrado é direito do cidadão o acesso à Educação Ambiental.

2.2 HISTÓRICO

Os elementos da História da Educação Ambiental vêm de longas datas. Em 1969 é lançado nos Estados Unidos o primeiro número do *Journal of Environmental Education*. (Jornal da Educação Ambiental). Em 1970 inicia-se o uso da expressão *environmental education* nos Estados Unidos, a primeira reação a aprovar a Lei sobre Educação Ambiental. Em 1971 é criada a associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN). Em 1972 ocorreu a conferência de Estocolmo/ Conferência da ONU sobre o ambiente humano. A conferência é considerado um marco histórico e político internacional, decisivo para o surgimento de políticos de gerenciamento do ambiente. Em 1975 ocorre em Belgrado, Iugoslávia, um encontro internacional em Educação Ambiental, onde são formulados os princípios e orientações para um programa internacional de educação ambiental. A Educação Ambiental deve ser contínua, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais. O encontro de Belgrado gera a carta de Belgrado, um documento histórico na evolução do ambientalismo. A seguir é exposto um trecho da carta de Belgrado:

Governantes e planejadores podem ordenar mudanças e novas abordagens de desenvolvimento que possam melhorar as condições do mundo, mas tudo isto não se constituirá em soluções de curto prazo, se a juventude não receber um novo tipo de educação. Isto vai requerer um novo e produtivo relacionamento entre estudantes e professores, ente escola e comunidade, entre o sistema educacional e sociedade. É neste sentido que deve ser lançadas as fundações para o programa mundial de educação ambiental que tornem possível o desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades, valores e atitudes, visando a melhoria da qualidade ambiental e efetivamente a elevação da qualidade de vida para a geração presente e futuras (BRASIL, 1998, p. 31).

Em 1977 a conferência de Tbilisi (CEI, Georgia), foi o evento mais importante para a evolução da Educação Ambiental no mundo, para o desenvolvimento da Educação Ambiental, foi recomendado que se considerassem todos os aspectos que compõem a questão ambiental, ou seja, os aspectos, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos, culturais, ecológicos e éticos; que a Educação Ambiental deveria ser o resultado de uma reorientação e articulação de diversas disciplinas e experiências educativas, que facilitassem a visão integrada do ambiente; que os indivíduos e a coletividade pudessem compreender a natureza complexa do ambiente e adquirir os conhecimento, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participar eficazmente da prevenção e solução dos problemas ambientais; que se mostrassem, com toda clareza, as interdependências econômicas, políticas e ecológicas do mundo moderno, no qual as decisões e comportamentos dos diversos países poderiam produzir conseqüências de alcance internacional; que suscitasse uma vinculação mais estreita entre os processos educativos e a realidade, estruturando suas atividades em torno dos problemas concretos que se impõem à comunidade e enfocando-as através de uma perspectiva interdisciplinar e globalizadas que fosse concebida como um processo contínuo, dirigido a todos os grupos de idade e categorias profissionais, em 1978 a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul desenvolve o projeto natureza (1978-1985). Em 1984 o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) apresenta resolução estabelecendo diretrizes para as ações de Educação Ambiental. Em 1988 é promulgada a constituição da República Federativa do Brasil, contendo um capítulo sobre o meio ambiente e vários outros artigos afins, em 1989 é criado o Ibama. O Ibama foi formado pela fusão da Sema, Sudepe, Sudhevea e IBDF. Em 1991 o MEC instituiu em caráter permanente um grupo de trabalho para a Educação Ambiental. Em 1992 foi realizado no Rio de Janeiro a Rio - 92, conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da (Unced) com a participação de 170 países, secretariado por Maurice Strong o mesmo da conferência de Estocolmo (1972), em 1995 o MEC cria o curso técnico em Meio Ambiente e de Auxiliar técnico em Meio Ambiente, como habilitação em nível de 2^o grau. Em 1996 são elaborados os novos Parâmetros Curriculares do MEC. O tema meio ambiente é tratado de modo transversal no currículo. Em 2000 A universidade Católica de Brasília – UCB – torna-se a primeira Universidade brasileira a implantar um programa de Educação Ambiental, de forma sistêmica, em sua estrutura, incluindo a incorporação do ecoeficiência e a capacitação de todos os seus funcionários, professores e estudantes.

2.3. CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O conceito de Educação Ambiental é variado, conforme as circunstâncias, contextos, interpretações, influências e vivências de cada um.

Para muitos, a Educação Ambiental se resume em trabalhar questões relacionadas à

natureza: lixo, poluição, paisagens naturais, animais, etc. Dentro deste enfoque a Educação Ambiental assume um caráter mais realista, embasado na busca de um equilíbrio entre o homem e o ambiente, com vista à construção de um futuro pensado e vivido numa lógica de desenvolvimento e progresso (pensamento positivista). Neste Contexto, a Educação Ambiental é ferramenta de educação para o desenvolvimento sustentável (apesar de polêmico o conceito de desenvolvimento sustentável, tendo em vista ser o próprio “desenvolvimento” o causador de tantos danos sócio - ambientais). (ADAMS, 2005).

A seguir coloca-se alguns conceitos de Educação Ambiental:

I - Educação Ambiental foi definida como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da Educação, orientada para a solução dos problemas concretos do meio ambiente, através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade. I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental – Tbilisi, Geórgia (ex URSS).

II – A definição oficial de educação ambiental, do Ministério do Meio Ambiente: “Educação Ambiental é um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir – individual e coletivamente – e resolver problemas ambientais presentes e futuros”.

III – De acordo com o conceito de educação ambiental definido pela comissão interministerial na preparação da ECO-92 “A educação ambiental se caracteriza por incorporar as dimensões sócio - econômica, política, cultural e histórica, não podendo se basear em pautas rígidas de aplicação universal, devendo considerar as condições e estágios de cada país, região e comunidade, sob uma perspectiva histórica. Assim sendo, a Educação Ambiental deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente e interpretar a interdependência entre os diversos elementos que conformam o ambiente, com vistas a utilizar racionalmente os recursos do meio na satisfação material e espiritual da sociedade, no presente e no futuro.” (in Leão & SILVA, 1995).

IV – O CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente – define a Educação Ambiental como um processo de formação e informação orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais, e de atividades que levam à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental.

V – A Lei Federal nº 9.795 define a Educação Ambiental como “o processo por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (art. 1º, Lei Federal nº 9.795, de 27/4/99).

VI – Para a UNESCO “A educação ambiental é um processo permanente no qual os

indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu ambiente e adquire conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros (UNESCO, 1987)”.

VII– Na conferência de Estocolmo em 1972 “A finalidade da educação ambiental é formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e problemas com ele relacionados, e que possua os conhecimentos, as capacidades, as atitudes, a motivação e o compromisso para colaborar individual e coletivamente na resolução de problemas atuais e na prevenção de problemas futuros” (UNESCO, 1976, p. 2).

VIII – Stapp et alii (1969), definiu a Educação Ambiental como um processo que tem como objetivo a formação de cidadãos, cujos conhecimentos acerca do ambiente biofísico e seus problemas associados, possam alertá-los e habilitá-los a resolver seus problemas.

IX – Mellowes (1972), define que Educação Ambiental seria um processo no qual deveria ocorrer o desenvolvimento progressivo de um senso de preocupação com o meio ambiente, baseado em um completo e sensível entendimento de relação do homem com o meio.

X – Para Aziz Ab’ Saber a “Educação Ambiental é um processo que envolve um vigoroso esforço de recuperação de realidades que garante um compromisso com o futuro. Uma ação entre missionária utópica destinada a reformular comportamentos humanos e recriar valores perdidos ou jamais alcançados. Trata-se de um novo ideário comportamento, tanto no âmbito individual quanto coletivo”.

XI – Segundo Lucas (1980) a EA tem sido entendida e desenvolvida enquanto educação sobre o ambiente, educação no ambiente, educação para o ambiente e pelas classes formadas pelas possíveis combinações entre estas três categorias. A educação sobre o ambiente procura desenvolver o conhecimento e a compreensão, incluindo as capacidades necessárias para obter este conhecimento. A educação para o ambiente procura a preservação ou melhoria do ambiente. Ambas são caracterizadas pelos seus objetivos. Por outro lado, a educação no ambiente caracterizada-se por ser uma técnica de ensino - aprendizagem, e o termo ambiente geralmente significa o mundo fora da sala de aula ou, de uma forma geral, o contexto natural e/ou social em que as pessoas vivem.

XII – Educação Ambiental é “o processo de reconhecer valores e aclarar conceitos para criar habilidades e atitudes necessárias que sirvam para compreender e apreciar a relação mútua entre o homem, sua cultura e seu meio circundante biofísico. A educação ambiental também incluiu a prática de tomar decisões e auto-formular um código de comportamento com relação às questões que concernem à qualidade ambiental” (GONÇALVEZ, 1990).

XIII – Educação Ambiental é “o processo educacional de estudos e aprendizagem dos problemas ambientais e suas interligações com o homem na busca de soluções que visem a preservação do meio ambiente” (SANTOS, Antônio Silveira R. dos. A importância da Educação

Ambiental. Jornal A Tribuna – Santos - SP, 31.5.99).

XIV – Faria (1992) define educação ambiental como conhecimento das estruturas, de composição e da funcionalidade da natureza, das interferências do que o homem produziu sobre esta estrutura, essa composição e essa funcionalidade.

XV– Segundo Gonçalves (1990) a Educação Ambiental não deve ser entendida como um tipo especial de educação. Trata-se de um processo longo e contínuo de aprendizagem de uma filosofia de trabalho participativo em que todos: família, escola e comunidade; devem estar envolvidos. O processo de aprendizagem de que trata a educação ambiental, não pode ficar restrito exclusivamente à transmissão de conhecimentos, à herança cultural do povo às gerações mais novas ou a simples preocupação com a formulação integral do educando inserindo em seu contexto social. Deve ser um processo de aprendizagem centrado no aluno, gradativo, contínuo e respeitador de sua cultura e de sua comunidade. Deve ser um processo crítico, criativo e político, com preocupação de transmitir conhecimentos, a partir da discussão e avaliação crítica dos problemas comunitários também da avaliação feita pelo aluno, de sua realidade individual e social, na comunidade em que vive”.

XVI – Educação Ambiental é “um processo no curso do qual o indivíduo consegue assimilar os conceitos e interiorizar as atitudes mediante as quais adquire as capacidades e comportamentos que lhe permitem compreender e julgar as relações de interdependência estabelecidas entre a sociedade, com seu modo de produção, sua ideologia e sua estrutura de poder dominante, e seu meio biofísico, assim como para atuar em consequência da análise efetuada” (Pedro Cañal, José E. Garcia e Rafael Porlán).

XVII – Para Jaume Sureda e Antoni J. Colom deve ocorrer “conjunção e coordenação de três fases ou etapas: educação sobre o meio (em referência explícita aos conteúdos), educação através do meio (incidência metodológica e mediadora) e educação em papel do meio (mensagem axiológica e teleológica)”.

XVIII – “A EA deve considerar o Meio Ambiente em sua totalidade, deve ser contínua, deve atingir todas as faixas etárias, ocorrer dentro e fora da Escola e examinar as questões ambientais locais, nacionais e internacionais, sob um enfoque interdisciplinar. Estes princípios devem orientar nossas ações” (JOÃO AGNALDO DA COSTA MUNIZ).

XIX.– “A educação ambiental se torna um exercício para a cidadania. Ela tem como objetivo a conscientização das pessoas em relação ao mundo em que vivem para que possam Ter cada vez mais qualidade de vida sem desrespeitar o meio ambiente natural que a cercam. Essa conscientização se dá a partir do conhecimento dos seus recursos, os aspectos da fauna e da flora gerais e, específicos de cada região; e, os problemas ambientais causados pela exploração do homem, assim como os aspectos culturais que vão se modificando com o passar do tempo e da mudança dos recursos naturais, como a extinção de algumas espécies, por exemplo. O maior

objetivo é tentar criar uma nova mentalidade com relação a como usufruir dos recursos oferecidos pela natureza, criando assim um novo modelo de comportamento (...) A educação ambiental é um exercício para a participação comunitária e não individualista” (MÁRCIA HELENA QUINTEIRO LEDA-FONTE MARCOS REIGOTA)

XX– “Sou um pouco avesso a definições fechadas. Peço desculpas as pessoas veteranas na área, mas seria mais interessante falar de um breve histórico da evolução do conceito de Educação Ambiental (EA), desde o seu aparecimento em 1965, na *Royal Society of London*, quando foi associado à preservação dos sistemas vivos. Já na década de 70, a União internacional de Conservação da Natureza (UICN) associou o mesmo à conservação da biodiversidade. Como um prolongamento da história Conferência de Estocolmo (1972) e da Reunião de Belgrado (1975), na Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental promovida pela UNESCO em Tbilisi (Geórgia, ex-URSS), em 1977), a Educação Ambiental (EA) foi definida como *“um processo de reconhecimento de valores e elucidação de conceitos que levam a desenvolver as habilidades e as atitudes necessárias para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios físicos. A EA também envolve a prática para as tomadas de decisões e para as auto-formulações de comportamentos sobre os temas relacionados com a qualidade do meio ambiente”*. No Fórum das ONGs, realizado paralelamente à Conferência Rio 92 (o qual produziu a Agenda 21), referendando e ampliando o conceito anterior, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, *“reconhece o papel central da educação na formação de valores e na ação social e para criar sociedades sustentáveis e equitativas (socialmente justas e ecologicamente equilibradas)”* e considera a EA *“um processo de aprendizagem permanente baseado no respeito a todas as formas de vida, o que requer responsabilidade individual e coletiva em níveis local, nacional e planetário”*. Como se vê, aqui já se constata uma profunda transformação de uma visão extremamente naturalista e antropocêntrica (animais e plantas servem para...), confundindo natureza e meio ambiente (que é uma representação social), para uma conceituação que envolve outras dimensões, além da ecológica: afetiva, social, histórica, cultural, política, ética e estética. A própria Constituição de 1988 e a Lei da EA (Lei 9795 de 27/04/1999) incorporam esta evolução conceitual, como se vê no art. 1º da mesma: *“Entende-se por educação ambiental os processos por meios dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”* (Fernando Antônio Guerra).

2.4 MODALIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No ambiente urbano das médias e grandes cidades, a escola, além de outros meios de comunicação é responsável pela educação do indivíduo e conseqüente da sociedade, uma vez que

há o repasse de informações isso gera um sistema dinâmico e abrangente a todos.

O relacionamento da humanidade com a natureza, que teve início com um mínimo de interferência nos ecossistemas, tem hoje culminado numa forte pressão exercida sobre os recursos naturais. Atualmente, são comuns à contaminação dos cursos de água, a poluição atmosférica, a devastação das florestas, a caça indiscriminada e a redução, ou mesmo destruição dos habitantes faunísticos, além de muitas outras formas de agressão ao meio ambiente. Dentro deste contexto, é claro a necessidade de mudar o comportamento do homem em relação à natureza, no sentido de promover sob um modelo de desenvolvimento sustentável a compatibilização de práticas econômicas e conservacionista, com reflexos positivos evidentes junto à qualidade de vida de todos. Desta forma, precisamos subdividir a Educação Ambiental é subdividida em formal, informal ou não-formal.

A Educação Ambiental formal é um processo institucionalizado que ocorre nas unidades de ensino, a Política Nacional de Educação Ambiental estabelece que esta deva ser desenvolvida como sendo uma prática pedagógica integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades de ensino, não devendo, portanto, ser implantada como disciplina específica. Os Parâmetros Curriculares Nacionais criados em 1997 contribuem com um avanço nas discussões sobre as questões ambientais visto que meio ambiente faz parte dos temas transversais que deve ser abordado na educação formal.

“A transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso com as relações interpessoais em um âmbito da escola, pois os valores que se querem transmitir, os experimentados na vivência escolar e a coerência entre eles devem ser claros para desenvolver a capacidade dos alunos de intervir na realidade e transformá-lo (BRASIL, 1998).”

A Educação Ambiental não-formal é aquela exercida fora das instituições de ensino, é exercida nos mais variados espaços da vida social, com metodologias, componentes e formas de ação diferentes da formal. Seu caráter não-formal coloca-a em contato com outros atores sociais que também atua com a questão ambiental, tanto no espaço público quanto no privado. Essa modalidade é muito exercida pelos sindicatos, ONG's, empresas, secretarias de governo, as associações de classe, igrejas e outras. O fato de ser praticada em diversos espaços da vida social não a impede, porém de ter objetivos, metodologias e periodicidade claramente definidos.

A Educação Ambiental informal é aquela também realizada fora das instituições de ensino, envolvendo flexibilidade de métodos e de conteúdos e o público-alvo muito variável em suas características (faixa etária, nível de escolaridade, nível de conhecimento da problemática ambiental etc), ou seja, não possui necessariamente compromisso com a continuidade, nem exige que defina claramente sua forma de ação, metodologia, tipos de avaliação etc. São exemplos da Educação

Ambiental informal: peças teatrais sobre questões ambientais, debates em rádios, programas de rádio e TV, publicação em livros, bem como, campanhas publicitárias que chamam a atenção da população para questões ambientais.

2.5 MOVIMENTOS SOCIAIS

Recentemente a cidadania ambiental ingressou no cenário de interesse de grupos, povos e classes sociais. Sua elevação junto ao cenário social é tão recente quanto a própria questão ambiental, que passou a reclamar a atenção da sociedade global apenas nas últimas décadas do século XX, arrastando neste movimento uma série de questões com ela relacionada. Os movimentos sociais surgem como portadores dos elementos constitutivos para a introdução da consciência dos direitos dos cidadãos e da cidadania.

Historicamente, como verifica M. Gohn (1999) a relação movimentos sociais/educação tem um elemento de união, que é a questão da cidadania. Cumpre esclarecer primeiro esta categoria, onde se observa a construção de várias abordagens, do ponto de vista teórico metodológico e das visões do processo de mudança e transformação da sociedade.

Os movimentos sociais são ações sócio-políticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura sócio-econômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir de base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública estatal e não-estatal e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política (M. Gohn, 1997, p. 251).

A educação ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isso porque ela se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo. Conforme M. Gohn (1999), a cidadania não se constrói por decretos ou intervenções externas, programas ou agentes pré – configurados, ela se constrói como um processo interno, no interior da prática social em curso, como fruto do acúmulo das experiências engendradas (COIMBRA E FERNANDES, 2005).

No que diz respeito à relação entre a Educação Ambiental e a educação faz-se necessário destacar: Questiona-se e problematiza-se de forma crescente, quais são as contribuições do processo educativo buscando respostas aos múltiplos, complexos e ainda, cada vez mais, frequentes problemas sócio-ambientais.

Segundo C. Loureiro (2002), a Educação Ambiental é uma práxis educativa e social que tem

por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente. Nesse sentido, contribui para a tentativa de implementação de um padrão civilizacional e societário distinto do vigente, pautado numa nova ética da relação sociedade-natureza. Dessa forma, para a real transformação do quadro de crise estrutural e conjuntural em que vivemos, a Educação Ambiental, por definição é elemento estratégico na forma de ampla consciência crítica das relações sociais e de produção que situa a inserção humana na natureza.

Como verifica Demo (Apud C. Loureiro, 2002, p. 70), em termos genéricos e conceituais, a educação é essencialmente política, pois político é o campo de atuação humano em que nos formamos e moldamos as características objetivos que nos cercam.

Segundo Coimbra e Fernandes (2005), uma das grandes falhas dos processos educativos, então denominados “temáticos” ou “transversais” (Educação Sexual, Educação em Saúde, etc.), que também se reproduz na Educação Ambiental, é a falta de clareza do significado da dimensão política em educação. Esse fato se verifica ao observarmos que a atuação dos educadores vem tornando as iniciativas educacionais ambientalistas, limitados a instrumentalização e à sensibilização para a problemática ecológica, mecanismos de promoção de um capitalismo que busca se afirmar como verde e universal em seu processo de reprodução, ignorando-se, assim, seus limites e paradoxos na viabilização de uma sociedade sustentável. Politizar a Educação Ambiental concerne em primeiro lugar, desenvolver a consciência essencial de que a questão ambiental se origina e se expressa no conflito entre interesses privados e públicos pelo acesso e pela aproximação dos recursos naturais. Igualmente, importante, relacionar a origem desses conflitos aos principais agentes sócio - econômicos responsáveis pela degradação sócio-ambiental. Politizar a Educação Ambiental também implica em desenvolver a noção de qualidade de vida, a compreensão da importância de trabalhar pela qualidade da própria vida, bem como estimular sua redistribuição para aquelas que ainda não têm, e ainda defender a expansão para aqueles que já a conquistaram de certa forma.

É de fundamental importância que os movimentos sociais e a Educação Ambiental tem ao propiciar o estabelecimento de uma responsabilidade coletiva em relação ao meio ambiente, com uma concepção mais totalizadora, coesa, crítica e integrada com os movimentos sociais organizados e comprometidos com a preservação da vida em seu sentido mais profundo, poderá vir a contribuir para o exercício da cidadania desenvolvendo uma mentalidade ecológica de respeito entre o homem e a natureza, mas também de compromisso social com o espaço privado e público e de engajamento na construção de uma sociedade sustentável, melhor e menos excludente.

2.6 AS ATIVIDADES EXTRACLASSE

As atividades extra-classes contribuem para a formação do aluno no sentido de promover

uma vinculação com caráter social e comunitário. As escolas que promovem atividades extra-classes desempenham sua verdadeira função social promovendo contextualização e interação com a comunidade contribuindo com a formação de cidadãos mais críticos. Precisamos compreender que a globalização do conhecimento depende do planejamento integrado e não da compartimentalização do saber; depende da visão interdisciplinar, caracterizada como um conjunto do filosófico, do epistemológico e do metodológico.

Oaigen (1995), acredita que a educação é um processo dinâmico crítico e criativo, não podendo a mesma continuar sendo um processo de transmissão de um saber pronto, indiscutível e acabado. É necessário que a educação se constitua num processo de qualificação contínua decorrente da valorização da crítica e da constante relação teoria-prática (a partir do cotidiano e vice-versa).

As atividades extra-classes promovem a interdisciplinaridade e contribui para a autonomia e emancipação na construção do conhecimento e de sua consciência crítica.

“Além disso, os alunos podem, mesmo fora da escola, sentados ou a passear, discutir entre si, quer acerca de coisas aprendidas há muito tempo, quer acerca de qualquer matéria nova que acaso lhes apresente. Para semelhante exercício, se juntam em número bastante elevado, devem escolher um (à sorte ou por votação) que faça vezes de professor, dirigindo e moderando as discussões” (Comênio, 1957).

Segundo Oaigen (1995), esta idéia de Comênio é uma crítica ao ensino desenvolvido, pois o relacionamento permanente do educando com o seu meio e seu ambiente deverá proporcionar o crescimento do conhecer ampliando a compreensão das relações do homem com o seu ambiente e o cotidiano.

As atividades extra-classes são estratégias imprescindíveis do ensino, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento e atitudes científicos, surgimento de valores e principalmente para despertar nos jovens a curiosidade e o gosto pela pesquisa. Oiaigen (ibidem) afirma que as atividades propostas como úteis para a iniciação científica da criança, constituem-se, efetivamente, em oportunidades concreta que proporcionam aos envolvidos (pais, alunos, professores e comunidade), em todos os graus de ensino, momentos da exposição e discussão dos trabalhos por eles projetados e executados. O ensino não deve ser dogmático, ou seja, voltado somente para os aspectos formais e teorias acabadas. Deve ser crítico, libertador e participativo, onde os alunos encontram espaços para atuar e participar. Elas trazem consigo várias qualidades e habilidades, como o anseio e o aprofundamento do conhecimento científico e tecnológico, a facilidade de comunicação oral, escrita e visual; o espírito de busca, aberto e crítico e uma grande curiosidade científica.

Assim, o grupo ecológico Kaa-Eté procura através de atividades extra-classes, a sensibilização e conscientização da coletividade sobre as questões ambientais através de palestras,

exposições, visitas, formulando e executando atividades vinculadas ao tema ambiental.

3. O AMBIENTE DA PESQUISA

3.1 A EDUCAÇÃO ESTADUAL NO RIO GRANDE DO SUL

Na análise do desempenho educacional do Estado do Rio Grande do Sul, verificam-se grandes avanços, mas, como em outras áreas, constata-se algumas disparidades regionais. Observam-se variações nos ensinos fundamental e médio, quanto à escolarização líquida que identifica o percentual da população matriculada no nível de ensino adequado à faixa etária. Também, há diferenças quanto à aprovação, à evasão escolar e à taxa de atendimento à educação infantil. Pode-se, assim, constatar o maior ou menor grau de eficiência do sistema educacional e sua capacidade de dar respostas às necessidades regionais. Algumas regiões como: o Vale do Taquari, a Fronteira Noroeste, o Alto Jacuí, o Norte, a Produção, o Noroeste Colonial e a Serra destacam-se pela boa posição em relação às demais regiões, estando acima da média na maioria dos indicadores.

A rede escolar do Estado do Rio Grande do Sul abrange as quatro dependências administrativas, segundo os dados finais do Censo Escolar 2003 - SIED/MEC. Totaliza 10.790 estabelecimentos de ensino que oferecem educação infantil e ensinos fundamental e médio. Atende uma clientela de 269.340 alunos na educação infantil, 769 em classes de alfabetização, 1.692.432 no ensino fundamental e 472.836 no ensino médio (incluindo o ensino médio profissionalizante), 17.157 no curso Normal, 65.045 na educação profissional, 24.117 na educação especial e 177.314 na educação de jovens e adultos, totalizando 2.719.010 alunos.

Os regentes de classe, nas quatro redes de ensino, em todos os níveis e modalidades, somam 153.246 docentes. Incluindo-se os que desempenham funções técnicas e administrativas nas escolas, chega-se a 235.538 profissionais.

A Educação no município de Porto Alegre é representada por 92 escolas municipais com 59607 alunos, sendo 45 do ensino fundamental com 41359 alunos, 4 do fundamental especial com 517 alunos, 33 de educação infantil com 5619 alunos, uma de educação básica, uma de ensino médio e profissional com 2113 alunos, uma de educação de jovens e adultos, 7 jardins de praça, 17 escolas com salas de integração e recursos, 37 escolas com SEJA (Serviço de Educação de Jovens e Adultos) com 9999 alunos, 133 creches conveniadas com 8520 crianças e 140 turmas do MOVA (Movimento de Alfabetização).

Dados fornecidos pelo Censo de 2004. Em atualização pela SMED.

No Rio Grande do Sul, a população, em idade de frequentar o ensino fundamental e o ensino médio, vem diminuindo nos últimos anos. Esse dado reflete-se, diretamente, nos índices do ensino fundamental em que, apesar do decréscimo do número de matrículas, o atendimento atinge 96,50% da clientela. Já no ensino médio, o número de matrículas vem aumentando (52,8% da população atual), apesar do decréscimo desta faixa nos censos demográficos.

3.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO RIO GRANDE DO SUL: DIRETRIZES E METAS

A Constituição Estadual, em seu artigo 251, determina que "todos têm direito ao meio ambiente, ecologicamente, equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e restaurá-lo para as presentes e futuras gerações, cabendo a todos exigir do Poder Público a adoção de medidas nesse sentido". O parágrafo 1º, inciso IV, como forma de "assegurar a efetividade desse direito", incumbe o Poder Público de "promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a proteção do meio ambiente".

Reforçando as disposições legais já existentes e considerando outros aspectos, igualmente, importantes, são estabelecidas como diretrizes a serem consideradas em qualquer planejamento de ensino no Rio Grande do Sul a construção de uma cultura ambiental e a mudança de paradigmas, hábitos e atitudes que passam por um processo contínuo e permanente de sensibilização e de conscientização do indivíduo na escola e fora dela, em processos formais e não-formais.

É necessário que as questões relativas à problemática ambiental sejam trabalhadas sob um enfoque humanista, holístico, sistêmico, gerencial e democrático. Deve ser compreendida e deve ser desenvolvida como uma prática educativa contínua, permanente e transdisciplinar, em todos os níveis e modalidades de ensino.

É de fundamental importância que cursos de formação, capacitação e atualização de profissionais, em todas as áreas, tenham inserida a dimensão ambiental em seus programas, considerando as características locais e regionais. Igualmente, importantes são os estudos, as pesquisas, as experiências voltadas ao desenvolvimento de metodologias para a inserção da dimensão ambiental em todos os processos educativos, numa perspectiva transdisciplinar.

Parcerias interinstitucionais são alternativas que tornam possível o desenvolvimento de projetos e eventos de educação ambiental voltados à formação e à atualização de educadores, demais profissionais e agentes sociais e comunitários, oriundos da sociedade civil organizada.

O conhecimento não pode ser construído isolado da realidade sócio-histórica, pois a vida no espaço e no tempo resulta das relações de causa e efeito. Ele deve ser sustentado pelos quatro pilares da educação (Delors, 2005):

- aprender a *Conhecer* as noções básicas relacionadas ao ambiente;
- aprender a *Fazer*, através do desenvolvimento de ações pedagógicas;
- aprender a *Conviver*, discutindo e elaborando propostas coletivas;
- aprender a *Ser* na sensibilização, na cooperação, na solidariedade e na participação.

Esses pilares da aprendizagem orientarão uma educação inclusiva de qualidade, partindo-se de uma análise das causas reais que interferem nos ecossistemas, direcionando as possíveis soluções dos problemas sócio-ambientais para a implantação de ações concretas com posicionamento crítico para o exercício da cidadania.

São Objetivos e Metas:

- Inserir a dimensão ambiental de forma permanente e transdisciplinar nos currículos e nos Planos de Estudo de todos os níveis e modalidades de ensino e nos diferentes projetos desenvolvidos nas instituições de ensino.
- Buscar uma integração interinstitucional no planejamento e na realização de ações de educação ambiental.
- Revisar, avaliar e renovar, periodicamente, os currículos e Planos de Estudo dos diferentes níveis e modalidades de ensino, adequando-os às necessidades do momento.
- Definir e criar políticas públicas voltadas à formação continuada dos profissionais da educação, através de parcerias, por meio de cursos de aperfeiçoamento, extensão e pós-graduação, na área ambiental.
- Proporcionar qualificação e atualização às lideranças comunitárias e às organizações da sociedade civil, transformando-as em agentes multiplicadores da política estadual de educação ambiental, conforme a Lei Estadual nº 11.730, de 09/01/2002.
- Incentivar o desenvolvimento de pesquisas e projetos relativos à temática ambiental com ênfase na problemática local e regional e nas suas inter-relações com questões nacionais e globais.
- Incentivar as instituições de fomento a criarem linhas para o financiamento de pesquisas e projetos em educação ambiental.
- Incentivar a divulgação e a aplicação dos resultados das pesquisas e projetos, disponibilizando as informações como subsídios à educação ambiental.

- Desenvolver ações de educação ambiental que contemplem atividades de preservação, conservação e recuperação de recursos hídricos, fauna e flora, através de parcerias.
- Promover parcerias e convênios interinstitucionais como alternativa para a realização de projetos e eventos de educação ambiental voltados à formação e à atualização de educadores, demais profissionais e agentes sociais e comunitários oriundos da sociedade civil organizada.
- Firmar, no prazo de um ano, parcerias e convênios, com a Secretaria de Estado da Educação, da Saúde, do Meio Ambiente e da Agricultura do Estado e dos Municípios, através de suas regionais, e com instituições de ensino superior para o desenvolvimento de um programa de formação continuada em educação ambiental, dirigido a profissionais de educação da rede pública estadual de ensino.
- Promover a criação de uma associação de educadores ambientais no Estado.
- Promover a criação do Fórum Estadual de Educação Ambiental Escolar com a realização de encontros anuais, coordenados pelas secretarias de Estado da Educação e do Meio Ambiente.
- Inserir as Redes de Educação Ambiental Escolar existentes e a serem criadas à Rede Sul-Brasileira de Educação Ambiental (REASUL).
 - Prover as escolas estaduais com material pedagógico de audiovisuais relacionado à educação ambiental.

3.3 ASPECTOS SOCIO-AMBIENTAIS DE PORTO ALEGRE

3.3.1 .O LAZER

Porto Alegre é uma cidade sofisticada, contando com centros de convenções, infra-estrutura hoteleira de alto nível, shopping centers, shows e aeroporto internacional. Grandes parques e uma consciência ecológica transformaram a cidade numa das metrópoles mais verdes do Brasil. É rica culturalmente, apresentando uma das noites mais agitadas do país. O potencial gastronômico é de qualidade internacional, com todas as tendências culinárias, do simples ao sofisticado. O pôr-do-sol de Porto Alegre adquire um encanto maior às margens do estuário do Guaíba, por onde navegam veleiros, navios e barcos de passeio.

3.3.2 ÁGUA

O RIO GUAIBA

Porto Alegre chegou ao século XXI valorizando, preservando e reintegrando ao cotidiano da vida urbana dos porto-alegrenses a sua mais forte expressão geográfica: a orla do Lago Guaíba.

A Prefeitura, através de ações integradas entre o Programa Guaíba Vive, secretarias

municipais de Obras e Viação (Smov) e do Planejamento Municipal (SPM), dos departamentos municipais de Água e Esgotos (Dmae), de Esgotos Pluviais (DEP) e de Limpeza Urbana (DMLU), vem desenvolvendo projetos para recuperar, preservar e revitalizar a orla, além de monitorar a qualidade da água. Diversas ações são desenvolvidas para qualificar cada vez mais os 75 quilômetros de margem que o Lago Guaíba oferece.

Recuperação da Água

Ações de tratamento e saneamento ambiental das águas do Lago Guaíba são desenvolvidas num trabalho integrado entre Guaíba Vive e os departamentos municipais de Água e Esgotos (Dmae), Esgotos Pluviais (DEP) e de Limpeza Urbana, (DMLU), buscando devolver à população de Porto Alegre o Lago Guaíba com todo seu potencial de lazer e b

Balneabilidade.

As construções de Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) no Lami, Belém Novo, Ipanema, Zona Norte (São João/Navegantes), além da implantação da ETE da Ponta da Cadeia/Cavallhada para coletar e tratar todo o esgoto da Zona Central de Porto Alegre, são ações importantes para preservação do Lago.

Recuperação da Orla

A reurbanização da orla, compreendendo projetos no Lami, Belém Novo, Ipanema, Ponta Grossa, Guarujá e Cristal, através da qualificação da área com instalação de vestiários, quiosques com churrasqueiras, higienização das áreas de praias, permitindo sua utilização em atividades de lazer e recreação é um dos principais objetivos do Guaíba Vive.

A qualificação da orla compreende diversas outras ações, como a ampliação da Reserva Biológica do Lami José Lutzenberguer, através da anexação da Gleba Ponta do Cego, a implantação de trapiches, marinas públicas, projetos paisagístico, como portais do Guaíba, higienização da orla, compreendendo a base do Morro Sábria (Ipanema), construção de ciclovia e calçadão, unindo a praia do Gasômetro às áreas públicas e Parque do Cristal.

O objetivo de implantação desses projetos é qualificar e consagrar ao longo dos setenta quilômetros de orla do município de Porto Alegre um grande parque linear, da Usina do Gasômetro à Reserva Biológica do Lami José Lutzenberguer.

ÁGUA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental do Dmae busca promover ações que possibilitem aos cidadãos de Porto Alegre uma postura responsável em relação ao meio ambiente e à cidade, enfatizando as questões referentes à água.

A equipe multidisciplinar de Educação Ambiental do Dmae atua por meio de oficinas interativas, palestras, debates, visitas orientadas às Estações de Tratamento de Água (ETAs) e Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) e apresentações de teatro, tanto na rede pública como na rede privada de ensino, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Promove ainda ações em Unidades Básicas de Saúde, centros comunitários, empresas públicas e privadas, segundo as necessidades dos diferentes segmentos da sociedade.

Desenvolvimento sustentável

O Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae) é o órgão responsável pela captação, tratamento e distribuição de água, bem como a coleta e o tratamento do esgoto sanitário (cloacal) em Porto Alegre.

É da responsabilidade do Departamento fiscalizar e manter esses serviços, além de planejar e promover, de forma constante, seu melhoramento e ampliação, garantindo a infra-estrutura necessária para o crescimento sustentável da cidade.

O Dmae conta hoje com cerca de 2.500 colaboradores ativos e uma estrutura que inclui oito (8) Estações de Bombeamento de Água Bruta (EBABs), oito (8) Estações de Tratamento de Água (ETAs), 95 Estações de Bombeamento de Água Tratada (EBATs), nove (9) Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs), cerca de 3,5 mil quilômetros de rede de água e mais de 1,6 mil quilômetros de rede de esgotos, 98 reservatórios, além de serviços de atendimento ao usuário. Atualmente 99,5% dos porto-alegrenses são abastecidos com água tratada. A capacidade de tratamento de esgoto da cidade é de até 27%.DMAE possui oito oito (8) Estações de Tratamento de Água (ETAs), que produzem cerca de 5,4 mil litros de água por segundo. Cada ETA apresenta características diferenciadas.

3.3.3 O LIXO

A campanha *Porto Alegre, Cidade da Educação Ambiental* foi lançada em junho de 2005, durante a programação da 21ª Semana do Meio Ambiente. O tema passa a ser uma política de governo, através da criação do Comitê Gestor de Educação Ambiental, que integra as diversas secretarias e departamentos, traçando a mesma linha de atuação nessa área.

A campanha permanente pretende envolver toda população e o ponto de partida é o lixo. O objetivo nesse primeiro momento é despertar a consciência da necessidade da correta separação dos resíduos domiciliares, o lixo orgânico e o reciclável.

Coleta Seletiva em Porto Alegre

A partir da Coleta Seletiva porta a porta implantada nos 150 bairros de Porto Alegre, 60 toneladas de Lixo Seco são distribuídas diariamente entre 8 Unidades de Reciclagem, criadas a

partir da organização de determinados segmentos da população, excluídos da economia formal. Nestas Unidades, formadas por diferentes Associações de Recicladores, os materiais são separados, beneficiados, armazenados e comercializados, revertendo-se o produto de sua venda em renda para os 450 trabalhadores envolvidos no processo e suas famílias.(ALVES E VELASQUES,2006)

Somam-se desta forma, benefícios sociais e ecológicos, dada a destinação ecologicamente correta dos resíduos, além do aumento da vida útil dos Aterros Sanitários.

A implantação da Coleta Seletiva no município de Porto Alegre aconteceu por etapas a partir de 1990, beneficiando o bairro Bom Fim.

O programa foi então progressivamente ampliado até Agosto de 1996, quando todos os bairros passaram a ser atendidos.

Depois do Bom Fim foi a vez da Cidade Baixa e Menino Deus, em 1990.

No final de 1991 já eram atendidos 16 bairros, além de 60 Escolas Municipais, Estaduais e Particulares.

No ano seguinte o serviço foi estendido a mais 37 bairros e no final de 1993 eram 61 bairros beneficiados.

A ampliação seguinte se deu em 1996, quando a Coleta Seletiva foi ampliada às regiões restantes.

Desde o início da implantação deste serviço, foi executado um programa de divulgação, que consistiu na distribuição de folhetos com instruções, além da difusão de mensagens com o uso do carro som.

Paralelamente promoveram-se nas comunidades eventos festivos de caráter conscientizador, com a participação de grupos de teatro, atingindo desta maneira os mais diversos públicos.

Além destes eventos desenvolveu-se um programa de Educação Ambiental, voltado principalmente para as escolas, mas atendendo também empresas, hospitais, e repartições públicas.

Este processo trouxe consigo uma mudança radical na ótica da população de como tratar as questões dos resíduos sólidos no âmbito da cidade .

Criou-se um relacionamento direto com os diversos segmentos da população que passou a incorporar a seu vocabulário expressões como "Lixo Seco ", " Lixo Orgânico " e " Reciclagem ", sem que em nenhum momento lhes fosse oferecido algum incentivo (troca) para que separassem o lixo .

Os benefícios ao meio ambiente somados ao caráter social do projeto, tornaram a Coleta Seletiva de Porto Alegre um processo sem volta.

A destinação final dos materiais colocados pela população à disposição da Coleta Seletiva se deu a partir de um processo de normatização e conscientização da atividade dos catadores.

A primeira entidade de Reciclagem a constituir-se foi a Associação de Mulheres Papeleiras e Trabalhadoras em Geral , durante o primeiro semestre de 1990 . Organizada pela Igreja Nossa Senhora dos Navegantes — que construiu um Galpão na Ilha Grande dos Marinheiros para abrigar a Reciclagem e forneceu equipamentos - a Associação recebeu todo o Lixo Seco reciclado em Porto Alegre até o final de 1991.

A partir deste ano passou a dividir o material com a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis, cuja Unidade de Reciclagem foi instalada na Vila Santíssima Trindade.

Com o objetivo de se obter um conhecimento mais aprofundado sobre o grupo de aproximadamente 300 pessoas que sobreviviam da catação no antigo lixão da Zona Norte, iniciou-se o seu cadastramento. Foram selecionadas as pessoas que trabalhavam diretamente com o manuseio do lixo, afastados os pontos de comercialização existentes no local e igualmente afastados os menores. A partir daí foram realizadas várias reuniões onde discutiu-se temas referentes a Cooperativismo, Autogestão, materiais recicláveis, utilizando-se recursos áudio visuais.

O processo organizativo deste grupo teve seu ponto de culminância com a inauguração da Unidade de Reciclagem do Aterro da Zona Norte , em Julho de 1992.

À medida que a Coleta Seletiva ia abrangendo novos bairros, aumentou o volume de Lixo Seco coletado, o que viabilizou a formação de novas Unidades.

A partir de 1996, com a relocação da Vila Cai-Cai para o Loteamento Cavalhada, o DMLU passou a contar com a parceria da Secretaria Municipal da Produção Indústria e Comércio.

Nesta Secretaria o Projeto de construção de Unidades de Reciclagem inseriu-se no Programa de Ações Coletivas, de fomento a grupos , propiciando financiamentos para a construção de novas instalações e compra de equipamentos.

Os investimentos hoje, são disputados no Orçamento Participativo do Município.

As 60 t / dia de Lixo Seco hoje coletadas, são distribuídas entre 8 entidades :

- Associação dos Recicladores de Resíduos da Zona Norte;
- Associação de Mulheres Papeleiras e Trabalhadoras em Geral;
- Amontoação Ecológica ;
- Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta;
- Associação de Catadores de Materiais Recicláveis;
- Associação dos Recicladores do Campo da Tuca ;
- Centro de Educação Ambiental e

- Associação dos Recicladores do Loteamento Cavalhada.

Tratam-se de Associações autônomas, responsáveis pela triagem final do Lixo Seco e subsequente venda das matérias primas às Indústrias ou intermediários.

Todas as Associações são constituídas juridicamente , mediante Estatutos e Regimentos Internos, afirmando desta forma sua autonomia Administrativa.

As Unidades de Reciclagem são galpões cobertos , construídos em alvenaria ou madeira , a partir de projeto desenvolvido por técnicos do DMLU a partir da observação do trabalho , visando minimizar os esforços físicos dos trabalhadores.

Nos Galpões de Reciclagem os materiais coletados são classificados, beneficiados , armazenados e posteriormente comercializados pela Associações com as quais a Prefeitura mantém Convênio para a utilização dos espaços e equipamentos.

Em algumas Associações o Convênio abrange a utilização tanto dos prédios quanto dos equipamentos, em outras parte dos prédios e equipamentos e outras ainda apenas a utilização dos equipamentos. Prevê ainda que as próprias Associações sejam responsáveis pela manutenção dos prédios e equipamentos.

Todo o rendimento proveniente da venda dos materiais reverte-se em receita para as Associações.

Hoje os rendimentos dos trabalhadores das Unidades de Reciclagem varia de R\$ 200,00 a R\$ 350,00.

São recolhidas de 30 a 36 cargas de Lixo Seletivo diariamente e sua distribuição se dá de acordo com a capacidade de recepção de cada Unidade .

Esta distribuição se dá em função das dimensões da Unidade, do número de pessoas envolvidas e seus ritmos de trabalho. Este dado é previamente acordado entre o DMLU e as diferentes Associações.

A partir do acompanhamento sistemático do trabalho nas Unidades, no sentido de capacitá-los tecnicamente bem como torná-las mais organizadas, foi possível a implantação de uma série de rotinas, previstas no próprio Convênio anteriormente citado, com o objetivo de quantificar os dados relativos à produção de cada uma delas e que somados representam os Dados Oficiais relativos à Coleta Seletiva no Município de Porto Alegre.

3.3.4 O AMBIENTE ATUAL

O ambiente atual de Porto Alegre apresenta vários projetos de preservação e/ou conservação da biodiversidade do Estado, com idéias criativas e democráticas a cidadania se incorpora ao Estado em função da alta relevância social, oportunizando o aprofundamento de um amplo processo de parceria com a população e o setor público em prol da proteção da natureza. A responsabilidade

ambiental perante às atuais e futuras gerações, bem como o engajamento nos esforços coletivos de preservação e conservação é de todos os cidadãos.

Projetos

Agenda 21 Mirim

O projeto Agenda 21 Mirim tem como objetivo conscientizar os jovens de Porto Alegre sobre a importância da preservação ambiental.

Em 1992, durante a ECO 92, povos de todo o planeta escreveram um documento, a Agenda 21, com idéias para o progresso e o desenvolvimento, respeitando o meio ambiente.

Parar para pensar, na sala de aula, na escola, em família, na rua, com a comunidade, nas causas e soluções para a degradação ambiental é o início do processo de reversão da situação.

A Equipe de Educação Ambiental da Smam atua durante o ano todo nas escolas de Porto Alegre, desenvolvendo o trabalho de conscientização que prega a Agenda 21.

Porto Alegre Mais Verde

Porto Alegre é uma das cidades mais arborizadas do Brasil, o que contribui significativamente para a condição de uma das capitais com melhor qualidade de vida do país. As árvores proporcionam vários benefícios, como melhorar o solo; amenizar calor e o frio, reduzir a poluição atmosférica; suavizar o ruído das avenidas e ruas; servir de abrigo e produzir alimentos para aves e outros animais; embelezar a cidade, valorizando os imóveis do ponto de vista ambiental, paisagístico e econômico.

Em Porto Alegre é proibido podar, remover ou transplantar árvores e arbustos sem a prévia avaliação e autorização da Smam. Se for necessário a poda, remoção ou transplante em área pública ou particular, deve ser feita a solicitação pelo telefone 156 ou preencher o formulário padrão no Protocolo Central da Prefeitura.

O plantio de árvores deve ser planejado criteriosamente, observando-se as normas e especificações técnicas, que garantam uma arborização urbana responsável. Em vias públicas, praças e parques o plantio é de competência exclusiva da Smam. A Equipe de Educação Ambiental presta esclarecimentos e desenvolve trabalhos nessa área.

Percepção Ambiental

A atividade de percepção ambiental tem como objetivo estimular o cuidado com as áreas verdes da cidade, a partir de um trabalho no qual se busca o entendimento de como o indivíduo percebe o ambiente ao seu redor, promovendo a sensibilização desse cidadão, que, a partir da

consciência do seu modo de agir e interagir, passa a zelar pelo meio. Equipe de Educação Ambiental tem desenvolvido o projeto junto às escolas.

3.4 A ESCOLA ENVOLVIDA

O movimento ecológico Kaa-eté surgiu no colégio estadual Júlio de Castilho, atualmente está localizado na avenida João Pessoa s/n, praça Piratini; bairro Santana, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

A primeira denominação foi Ginásio do Rio Grande do Sul, fundado em 23 de março de 1900. Depois de intervenções, incêndios e muita história. O Colégio Estadual Júlio de Castilhos - ou simplesmente Julinho - completou cento e seis anos no final do mês de março. O colégio viveu os principais momentos da história do estado.

Recebeu o nome do primeiro presidente do Rio Grande republicano, o ditador Júlio Prates de Castilhos em 1908, cinco anos depois da morte do político gaúcho. Na década de 30, o colégio quase foi privatizado por decreto do governo estadual, que pretendia deixar, nas mãos da escola particular, todo o ensino secundário no Rio Grande do Sul. Em 1951, o prédio do Julinho - um típico exemplo art-nouveau no centro de Porto Alegre - foi destruído por um incêndio que o obrigou a funcionar durante sete anos no prédio do Arquivo Público da cidade. A sede atual foi inaugurada em 1958.

Atualmente, a escola é a maior instituição estadual de ensino e abriga cerca de 3.600 alunos em três turnos de aula. Por lá surgiu o primeiro CTG (Centro de Tradições Gaúchas) do estado, em 1943, fundado pelos folcloristas Barbosa Lessa e Paixão Côrtes, e, em 1979, o primeiro grupo ecológico ligado a uma escola do Rio Grande do Sul, o Kaa-Eté (mata virgem, em tupi).

O Grupo Ecológico Kaa-eté acredita que precisamos preservar o mundo de hoje para as gerações futuras através da Educação Ambiental.

3.5 O GRUPO ECOLOGICO KAA-ETÉ E SUA HISTÓRIA

3.5.1 SURGIMENTO E CONTEXTO

O grupo kaa-Eté, movimento ecológico no “Julinho”, foi fundado em abril de 1979, como resultado de dois movimentos: a preocupação com a preservação da Amazônia e a primeira greve

do magistério, ocorrida no início do mesmo mês de abril. Segundo Bulhões (2006), essa greve despertou nos professores envolvidos a consciência da sua importância e responsabilidade como cidadãos, levando-os a desenvolver projetos de atividades extra-classe e a corresponder aos anseios dos alunos de uma educação mais abrangente e condizente com seus ideais.

Foi assim que um grupo de alunos Julianos sensibilizados pela luta do professor Lutzemberg em defesa da biodiversidade da Amazônia, procurou a professora Neiva Schaffer para fundar no “Julinho” um movimento. Ela prontamente ajudou-os na organização do grupo e foi a primeira professora colaboradora. “Participei desde a primeira reunião para a fundação do Kaa-Eté.” (Profª RUTH BULHÕES, 2006).

O grupo Kaa-eté atuou sem interrupções de 1979 a 1992. A professora Neiva coordenou de 1979 a 1984 e a professora Ruth x de 1980 a 1992.

“O grupo Kaa-eté precisa sempre de um professor coordenador, os alunos sozinhos não conseguem se organizar sempre apresentam idéias mirabolantes, impossíveis de se concretizarem. Quando existem professores interessados em orientar o grupo, as coisas funcionam muito bem”. (Professora Ruth x, 2006).

O grupo ecológico Kaa-Eté, teve grande destaque na escola, pois sempre elaborou murais, jornais, ciclos de palestras, gincanas, jogos, exposições, enfim, no Município porque esteve envolvidos em muitas lutas ecológicas, como em defesa do Rio Guaíba, defesa dos animais do mini-zoo da redenção, plantação de muda de planta em diversas praças e no Estado. Ele foi um dos responsáveis pela criação da Lei dos Agrotóxicos no Estado do Rio Grande do Sul.(KAA-ETÉ, 1983).

O Kaa-eté teve destaque em inúmeras atividades como:

Ano 1979:

- Floresta Amazônica
- O Rio Guaíba
- Políticas de Proteção Ambiental no Rio Grande do Sul
- Os problemas ambientais no Rio Grande do Sul

Ao longo de sua atuação de abril de 1979 até hoje – o sempre renovado grupo de alunos do Kaa-Eté teve sua atuação voltada para todos os tipos de problemas ambientais decorrentes da ação

predatória do homem.

O Kaa-Eté teve um aluno o centro de iniciativa e funcionamento e no professor, a chance de sobrevivência porque é este que permanece na escola (Kaa-Eté, 1984).

Segundo as professoras Neiva Schaffer e Ruth Bulhões, o início do grupo Kaa-Eté foi rico de experiências, estabeleceu novos vínculos e fortaleceu a relação vivida fora da sala de aulas entre professor e aluno. “Crescemos juntos” diz Bulhões (2006). O entusiasmo dos alunos era muito grande e tudo motivo para discussões acaloradas, cada um querendo que prevalecesse o seu ponto de vista, o que provocou, de parte da professora Neiva, o seguinte comentário: ”O Kaa-Eté tem muito cacique e pouco índio.” Algumas vezes, tínhamos que refrear idéias mirabolantes que o entusiasmo juvenil considerava de fácil realização.

A professora Ruth Bulhões faz o seguinte relato de suas lembranças com o grupo.

“Lembro-me do Quarup de Sete Quedas, a realização de uma cerimônia indígena de adeus às Sete Quedas que em parte iam ser inundadas para construção da Hidrelétrica de Itaipu. Quatro alunas representavam o Kaa-Eté; dentre elas, está a minha filha, e fui levá-las à Reitoria da UFRGS, na nossa velha camionete abarrotada de barracas, comidas e um exagero de coisas inúteis. Quando o universitário que coordena a viagem veio ajudá-las, entre irritado e divertido, exclamou: “Cadê a enceradeira”? Vocês não trouxeram a enceradeira”? Ao que elas, preocupadas, exclamavam: “Mas era preciso?” Na volta, ao buscar as meninas, ouvi os relatos entusiasmados com o Quarup das Sete Quedas e percebi o seu orgulho de secundaristas, tão jovens, por terem participado com os universitários de uma luta comum”.

3.5.2 PRINCIPIOS NORTEADORES E VALORES

Os principais princípios e valores que o grupo Kaa-Eté prega é o preparo dos alunos para o exercício da sua cidadania junto com a aquisição de conhecimentos, competências e habilidades para que os alunos possam ser cidadãos integrados em uma sociedade plural e democrática. Devemos promover aos alunos a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas. Promover sempre o diálogo interativo e o envolvimento professor e aluno, o desenvolvimento da autonomia intelectual, o pensamento crítico, compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática (RUTH BULHÕES, 2006)

A LDB reconhece a importância destes valores na educação escolar e anterior à

promulgação da LDB, alguns currículos ocultos da escola ensinavam de forma implícita, sem aparecer na proposta pedagógica (MARTIS, VICENTE, 2005).

O artigo 2º da LDB define a educação como dever da família e do Estado, afirma que a mesma é inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Os artigos 3º e 4º da LDB também destacam a educação em valores e a importância destes para o fazer pedagógico. O artigo 27 da LDB faz referência à educação em valores ao determinar que os conteúdos curriculares da educação básica observem, ainda, as seguintes diretrizes “a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e a ordem democrática” (inciso I).

Assim percebemos que o grupo Kaa-Eté apresenta princípios e valores que são os que a LDB reconhece como importantes na educação escolar.

3.5.3. AÇÕES E CONQUISTAS

O grupo Kaa-Eté ao longo de sua existência desenvolveu muitas ações e conquistas. Vamos citar algumas como uma das inúmeras palestras pelo grupo organizadas de uma em que se discutiam as políticas de proteção da Floresta Amazônica. Quando terminou, um aluno, impressionado com o que ouvia, perguntou a profª Ruth Bulhões: Professora, por que os políticos não gostam do Brasil? E ela percebeu que a juventude e a inexperiência, daquele menino não percebiam todos os interesses que estavam em jogo naquele momento em nosso país. Outra recordação da profª Ruth Bulhões bem presente foi a passeata que o movimento ecológico local organizou contra a poluição do Rio Guaíba e que resultou numa repressão violenta por parte do governo.

A profª Ruth Bulhões relata:

“Eu, preocupada com os Julianos do Kaa-Eté, tentava, desesperadamente, que eles ficassem contra a parede, para sua maior proteção. A minha responsabilidade era muito grande, visto serem eles ainda tão jovens e terem participado da manifestação estimulada por meu entusiasmo. De repente, os participantes, mesmo sob ameaça, continuaram o protesto, mudando o percurso da passeata. Vi-me como uma mãe entre dois sentimentos: o temor e o orgulho por ver a faixa movimento ecológico no Julinho, ser desfraldada, com coragem e brio, por dois jovens Julianos, quase meninos: E pensei: o Kaa-Eté fez o seu rito de passagem, atingiu a maioridade.”

“O Kaa-Eté foi uma escola para mim e para todos os que passaram por lá. É um espaço privilegiado para o crescimento” (Ruth Bulhões, prof^a aposentada do Colégio Júlio de Castilhos).

O Kaa-Eté em suas ações fez contatos com diversos órgãos oficiais para a defesa do meio ambiente como: Secretaria da Agricultura, Secretaria da Saúde, DMLU, SMAM, Fundação Zoobotânica, Fundação Padre Rambo, AGAPAN, entre outros.

Fez contatos com outras escolas, divulgando o trabalho realizado, fez várias entrevistas com pessoas vinculadas as questões sócio-ambientais, fez inúmeras palestras, editou jornais de circulação interna no colégio (Jornal Kaa-Eté, Mata Virgem), organizou arquivos para consultas, criou várias comissões de trabalhos (cada comissão trabalha um tema ambiental diferente e depois apresenta para os outros colegas, cada equipe faz o seu planejamento e organiza as formas de apresentação). O Kaa-Eté promoveu várias exposições de painéis sobre trabalhos desenvolvidos pelo grupo, fez exposições de vários filmes sobre questões sócio-ambientais e debates. O Kaa-Eté elaborou mural abordando temas de preservação ambiental e atividades programáticas.

3.5.4. O KAA-ETÉ HOJE

O Kaa-Eté hoje não está mais tão atuante, pois os alunos estão sem orientação de um professor, a falta de um professor coordenador dos projetos é fundamental para a concretização dos trabalhos. Além de promover a motivação dos alunos. Os alunos mais envolvidos e atuantes do grupo Kaa-Eté são alunos do 2º ano do ensino médio, pois os do 1º ano são pouco experientes e os do 3º ano a preocupação com o vestibular é total, este é um dos motivos que de tempos em tempos o grupo é desativado. Pois os alunos quando chegam no 3º ano (último ano no colégio), muitas vezes não deixa sucessores. E a falta de professor coordenador é justificada por excessos na carga horária de trabalho dos professores, que muitas vezes, falta tempo para se dedicar em atividades extra-classes.

Citaremos em seguida algumas observações importantes sobre o grupo na atividade:

Em entrevista feita em agosto de 2005, a professora Marília Ribas coordenadora do grupo fala dos projetos mais recentes que foi a revitalização da Praça Piratini em frente ao Colégio e um projeto de recolhimento de lixo recicláveis no colégio, também foi promovida palestras e exposições em painéis sobre as questões ambientais no município de Porto Alegre e foram refeitos convênios com a SMAM e o Núcleo Umbro. A professora relata que o desenvolvimento da noção de cidadania e a consciência ecológica continuam sendo os principais pontos desenvolvidos no grupo.

Em entrevista feita em outubro de 2005 com o aluno Leandro, coordenador do grupo, ele defende que a educação ambiental deve começar desde cedo no ensino fundamental então o Kaa-

Eté elaborou um projeto para 2006 de difundir a proposta do movimento ecológico para as escolas de ensino fundamental, criando o Kaa-Etezinho com a finalidade de conscientizar e informar as crianças da importância da preservação do nosso meio ambiente.

Outro ponto de destaque durante a entrevista com o grupo é a preocupação com os problemas locais e mais próximos da realidade do grupo, como por exemplo, a campanha que os alunos fizeram de conscientização dentro da própria escola de não jogar ponta de cigarros no chão, eles recolheram as pontas de cigarro e colocaram em exposição no hall de entrada do colégio, junto com os dados de uma pesquisa sobre os malefícios do cigarro e depois foi constatada a redução do número de pontas de cigarro no chão da escola.

4. MÉTODO E METODOLOGIA

Optou-se pela pesquisa qualitativa, pois o conjunto de processos a ser empregado ao longo do estudo se embasam no método antropológico que consiste em coletar as observações realizadas em campo, estudar as informações e as ações através da análise das atividades, objetivando definir e compreender a realidade de um grupo (DENZIN e LINCOLN, 1994).

Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizadas diferentes fontes de dados como registro, na intenção de observar como as atividades desenvolvidas pelo Grupo Kaa-eté foram e são percebidas, compreendidas e vivenciadas pela comunidade escolar.

Define-se o trabalho como estudo de caso. Sendo um estudo de caso vale-se de procedimentos de coleta de dados variados como entrevistas e questionários, nos quais o processo de análise e interpretação irá envolver diferentes modelos de análise (GIL, 2004).

A análise de dados de natureza predominantemente qualitativa foi associada ao estudo de caso, incluindo o método antropológico, pois segundo Ramos (1998), é uma estratégia que parte da própria vivência do educando. Este método é muito útil para se buscar acordos, tomar decisões em relação aos valores ambientais a desenvolver ou quando se trabalha em níveis de comunidade ou grupos organizados.

Na educação envolvendo o meio, os valores ambientais se fundamentam em relação aos direitos individuais, coletivos e ao valor intrínseco da natureza, vinculando o indivíduo ao ambiente e a sociedade pela aplicação de estratégias que dependem do desenvolvimento moral do sujeito, além das características e recursos oferecidos pela realidade ambiental. Tudo isto com o escopo de desenvolver, interiorizar e integrar no educando um sistema de valores pró-ambientais assumindo

livremente a fim de gerar uma relação ambiente e sociedade madura, equilibrada e consciente (GARCIA, 2000).

Segundo Denzin e Lincoln (1994) é possível planejar o processo de investigação qualitativa que envolve quatro fases:

- 1) **Fase Preparatória** – é a fase inicial da pesquisa em que o pesquisador baseia-se na sua experiência, realiza levantamentos, tenta estabelecer o marco operativo: identificação do problema, as questões de investigação, revisão de documentos e bibliografia, planejam as atividades, seleciona o cenário e a estratégia de estudo.
- 2) **Fase de Trabalho de Campo** – é a fase de entrada no cenário em que se seleciona os participantes e realiza-se a observação direta, entrevistas, questionários e registros no diário de bordo para futuras análises.
- 3) **Fase Analítica** – consiste na análise intensa da informação, reduzindo, dispondo e transformando os dados para obtenção dos resultados e verificação das conclusões.
- 4) **Fase Informativa** – é a última fase na qual se elabora a informação final, onde o investigador compartilha a compreensão ao mundo científico.

O projeto e o trabalho de pesquisa tem a participação de alunos e ex-alunos da comunidade do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, integrantes do grupo ecológico Kaa-eté e de professores, ex-professores e professores aposentados.

Houve a coleta e estudo de materiais publicados, documentos utilizados pelo grupo desde a sua criação até o momento atual; revisão bibliográfica; análise histórica do grupo; aplicação de questionários e entrevistas. Os instrumentos complementares utilizados foram: observação direta, acompanhamento e registros das reuniões com o grupo, análise das atividades desenvolvidas durante o ano letivo de 2005 em sua sede; averiguação da interdisciplinaridade e acompanhamento das ações de Educação Ambiental desenvolvidas.

Seguindo as etapas de Denzin e Lincoln (1994), o processo de investigação qualitativa envolve quatro fases:

1) **Fase preparatória:** em março de 2005, visitamos algumas escolas da rede pública de Porto Alegre com a finalidade de encontrar um trabalho ou projeto que envolvesse o estudo da Educação Ambiental e tivemos a informação que o Colégio Estadual Júlio de Castilhos, fundado em 1900, possui o grupo ecológico Kaa-eté desde 1979. Fizemos a escolha do tema a partir das informações que o grupo desenvolve atividades voltadas para a Temática Ambiental. Visitamos o

Colégio, fizemos os primeiros contatos com a coordenação, secretarias e professores da Escola.

A escolha do tema foi o fato de existir pouca publicação envolvendo grupos ecológicos trabalhando atividades extraclasse com questões ambientais na Escola; também porque a Educação Ambiental é responsabilidade de todos. Além disso, há tendências educacionais que recentemente adquiriram maior importância nas escolas por dois motivos: a reorientação curricular, proposta pelo Ministério da Educação e Cultura, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais e a promulgação da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999).

No primeiro momento, houve contato com a coordenação da escola, e obteve-se a informação que os trabalhos de atividades desenvolvidos pelo grupo Kaa-eté estavam registrados em jornais escolares publicados (1979-1992) semestralmente pelo próprio grupo. Solicitou-se estes jornais e a partir deles e de conversas, com os professores fez-se os levantamentos bibliográficos e houve o planejamento de atividades para o desenvolvimento da pesquisa.

As atividades planejadas foram os primeiros instrumentos de consulta: entrevistas, aplicação de questionários, observação direta nas reuniões do grupo e nas atitudes e valores dos participantes fora das reuniões, assim como a análise das atividades desenvolvidas pelo grupo.

A partir dos instrumentos, iniciou-se o estudo do Grupo Ecológico Kaa-eté, sua organização e sua influência sobre a comunidade escolar, observando como as atividades desenvolvidas são percebidas, compreendidas e vivenciadas ao longo de sua existência. Investiga-se o impacto dos trabalhos extraclasse na comunidade escolar que participa das atividades, analisa-se de que maneira as ações de um grupo com atividades extraclasse influenciam uma comunidade escolar e a formação de valores.

Busca-se como resgate a história do Grupo Ecológico Kaa-Eté, comparando-a com a evolução do ensino de Educação Ambiental no Brasil e também relacionam-se as atividades desenvolvidas pelo grupo, com a Lei de Diretrizes e Bases, os Parâmetros Curriculares Nacionais assim como os princípios da Educação Ambiental.

2) Fase de trabalho de campo: a partir de março de 2005 tivemos contatos mensais com a coordenação e secretarias, professores e alunos da escola. Ainda participamos das reuniões do grupo Kaa-eté (algumas foram canceladas por falta de coro) e foram realizadas as observações nos encontros.

Março 2005

Acontecem os primeiros contatos com a coordenação da escola (Fase Preparatória).

Abril 2005

São realizados os primeiros contatos com os professores de Biologia e com alunos integrantes do grupo Kaa-Eté, para início do trabalho de campo.

Maio e Junho 2005

Iniciam-se os contatos com os alunos da escola e a observação direta. Percebe-se que o grupo Kaa-eté atualmente é pouco divulgado, dentro até da própria escola, pois muitos alunos e até professores desconhecem a existência do grupo, além de muitos confundirem com o Grêmio. Muitos alunos, professores e funcionários nem conhecem a existência da sede do grupo que localiza-se dentro da própria escola. Acredita-se que isso ocorre devido ao tamanho do colégio (mais de 3.000 alunos), e também, a grande rotatividade de professores e alunos e pelo motivo que o grupo Kaa-eté a partir de 1992, de tempos em tempos encontrar-se desativado (rotatividade de alunos e professores).

Agosto e Setembro 2005

Continuam as observações e os registros no diário de bordo. Registra-se no diário que o Colégio Estadual Júlio de Castilhos, apesar de ser considerado uma escola modelo e de tradição em Porto Alegre, observa-se que está pouco cuidada, pois constata-se a presença de um pomar que ninguém cuida, sem realização de podas nas árvores, assim como um campo de futebol, com os capins bastante altos, impossível de ser utilizado. Percebe-se a presença de muito lixo, ao redor dos prédios, tanto interna quanto externamente à escola. Vê-se a presença de muitas plantas maltratadas.

Essas simples observações poderiam ser trabalhadas pelo Grupo Ecológico Kaa-eté, se ele realmente estivesse funcionando ativamente durante todo o ano letivo, coisa que não estava acontecendo efetivamente.

Outubro e Novembro 2005

O Grupo Ecológico Kaa-eté solicitou ao Jardim Botânico de Porto Alegre, mudas de plantas para distribuir com outras escolas e divulgar a importância da preservação da natureza. Porém, muitas escolas se opuseram em receber as mudas, alegando que não havia espaço para cultivar as plantas, outras alegaram que o fato não tinha importância curricular. O grupo ficou com as mudas e com a “obrigação” de regar dezenas de mudas todos os dias.

Dezembro 2005

Neste mês o trabalho de campo não ocorreu, pois as reuniões foram canceladas por falta de

alunos. Não houve comparecimento devido a semana de avaliação final, já que os alunos dos 3º anos do Ensino Médio (último ano na escola), não se sentiam motivados em continuar os projetos e nem mesmo motivar outros colegas para dar continuidade aos trabalhos.

3) Fase analítica: Verifica-se através da observação direta, que no início do ano (março/2005) muitos alunos se propuseram a participar do grupo Kaa-eté. Foi marcada a primeira reunião do grupo e dezoito alunos compareceram ao encontro. Na segunda, terceira e quarta reuniões, o número passou para doze, a partir da quarta reunião o número de alunos foi caindo, chegando ao final do ano letivo, apenas com um aluno querendo participar de projetos sócio-ambientais.

O aluno Leandro A., não pensa em desistir e pretende motivar outros colegas, para que nos próximos anos, o grupo possa atuar mais. (entrevista feita com o Leandro A. – coordenador em Dezembro de 2005).

Sob análise dos fatos observa-se que o jovem hoje, não está tão interessado em problemas políticos, sociais, econômicos, ambientais quanto em tempos atrás. Como prova, existem várias comunidades na internet contra política, economia, o social, enfim. Os jovens estão mais interessados em projetos individuais e estão deixando de lado os projetos coletivos. Acreditamos que um dos motivos esteja na falta de trabalho dos professores, na formação de cidadãos críticos, envolvidos com a coletividade, o comprometimento, a solidariedade, voluntariedade, enfim, vontade de melhorar o planeta.

Pesquisa feita pela Rede Globo (Jornal Hoje, 14/07/2006), revelou que os jovens não estão interessados nas questões políticas do País e colocaram em destaque as eleições, que ocorrerão em outubro, inclusive para Presidente da República, e a última vez que os jovens participaram ativamente das questões políticas, foi em 1992, no Impedimento do Presidente Fernando Collor.

Estes comportamentos coletivos refletem nos individuais. Em entrevista feita em dezembro de 2005, com o aluno Leandro A, ele comenta:

“O grupo ecológico Kaa-eté, precisa ser mais organizado nas reuniões e os integrantes precisam ser mais responsáveis, pois muitas reuniões foram canceladas por falta de participantes”. (Trecho da entrevista feita com o coordenador do grupo Kaa-eté, o aluno Leandro A., Dezembro de 2005).

Os professores estão precisando formar cidadãos, cidadãos críticos e motivados na defesa da Educação e da Educação Ambiental. O grupo Kaa-eté precisa além da participação dos alunos,

contar com a participação de professores, que possam orientar nas atividades e essa orientação não está ocorrendo efetivamente.

Escrevendo um trecho da entrevista realizada com a professora de Biologia, Marília X, em dezembro de 2005 e ela afirma:

“Quando eu tinha 40 h, eu orientava os alunos do grupo ecológico Kaa-eté, agora minha carga horária na escola foi reduzida para 20 horas, então não tenho mais disponibilidade para orientar tanto o grupo (...)”. (Professora Marília Ribas, dezembro de 2005).

Constata-se que a falta de motivação dos professores é reflexo da presença de grande carga horária e também falta de dedicação exclusiva na escola. Percebe-se que existem professores que ministram aulas em quatro ou cinco escolas, pois os salários estaduais são muito baixos.

Toda esta falta de motivação dos profissionais do ensino reflete-se também na ausência de motivação nos alunos para participarem de atividades extraclasse, projetos ou até mesmo grupos ecológicos.

Além da falta de professores para orientar o Grupo Ecológico em projetos extraclasse, uma das principais causas da “desativação” rotineira do grupo é que os alunos mais envolvidos, inúmeras vezes pertencem à 3ª série do Ensino Médio, sendo este o último ano deles na escola. Quando eles se afastam o grupo termina e os novos alunos que chegam recomeçam os trabalhos, evidenciando-se assim que há falta de continuidade nos projetos.

Os alunos também perdem a motivação devido ao vestibular, que se torna o principal objetivo da educação nesta Escola, nos dias atuais.

Observa-se que os professores precisam motivar principalmente os alunos dos 1º e 2º anos do ensino médio, pois serão estes os estudantes que permanecerão por mais tempo na escola.

Em entrevista realizada com a professora Ruth X, em março de 2006, ela classifica quanto ao grau de atuação dos alunos no grupo Kaa-eté, da seguinte forma; os alunos do primeiro ano do ensino médio acabaram de entrar na escola, não estão ainda tão bem integrados no grupo, os do segundo ano do ensino médio, são os mais atuantes e dos terceiros anos, estão totalmente preocupados com o vestibular.

No final da **década de 1970** vários acontecimentos mundiais e nacionais colocou em destaque a situação da Floresta Amazônica. A imprensa divulgava os interesses internacionais sobre o “pulmão do mundo” e altas autoridades brasileiras sugeriram a utilização desta riqueza nacional, para reduzir a dívida externa brasileira. A reação ocorreu em todos os níveis. E o grupo ecológico

do Colégio Júlio de Castilhos (Kaa-eté) surgiu neste cenário, onde a preocupação inicial do grupo foi com a floresta, como observamos reflete-se no nome Kaa-Eté; mata virgem, densa ou fechada, em tupi-guarani.

Porém o Kaa-eté não se preocupava apenas com a floresta amazônica, mas por todos os tipos de problemas ambientais, decorrentes da ação predatória do homem. Como podemos observar nos materiais elaborados pelo grupo, desde sua criação, como: murais, jornalzinhos, cartazes de palestras, resumo de palestras, arquivos, exposições, enfim tudo produzido pelo grupo.

Em **1982** a preocupação principal do Kaa-eté foi com o Pantanal, mas também foram trabalhados outros temas como: Inseticidas e o mal à saúde; alimentos sem veneno (corantes, aditivos, hormônios, etc).

“Atualmente a grande ameaça ao Pantanal é a expansão das áreas agrícolas e a implantação de uma usina de álcool”. (Kaa-eté, 30/04/1982)

Em **1983**, além da Lei dos Agrotóxicos foram trabalhados pelo Kaa-eté os problemas como: energias atômicas; nuclear; problemas da floresta amazônica; proteção dos mamíferos marinhos brasileiros, e também houve debates sobre a questão da saúde humana, e o fumo – agressão à vida.

Em **1984** e **1985** nas Campanhas políticas das “*Diretas Já*”, houve muitas palestras e debates promovidos pelo Kaa-eté, com o tema Ecologia e Política; além de publicações nos jornalzinhos com temas interdisciplinares (o ensino de geografia e o grupo ecológico), (os problemas ambientais e a química), (poluição atmosférica), (projetos como Tucuruí, Jari, Angra, Itaipu, etc), explosão demográfica e o meio ambiente, preservação das baleias, agricultura ecológica, preservação da floresta amazônica e houve a utilização do termo “Educação Ambiental”, pois muitas vezes, o termo utilizado pelo grupo ecológico, foi “Educação Ecológica”.

Houve publicações no jornalzinho kaa-eté com o tema a Educação Ambiental e a Educação Física.(1985)

Em **1986**, o grupo Kaa-eté, continuou atuando com inúmeras atividades como: promoveu palestras sobre o acontecimento em Chernobyl, enviou carta ao Presidente da República, José Sarney, se manifestando contra o uso da energia nuclear, participou de passeatas nas principais ruas de Porto Alegre, em defesa do meio ambiente, ostentando também várias faixas alusivas aos acidentes industriais, também defendeu as baleias e o Rio Guaíba.

Em **1987**, o Kaa-eté, divulga a importância do Parque Nacional Lagoa do Peixe; do projeto Prata do Guaíba; relembra os efeitos dos agrotóxicos; a poluição sonora e atmosférica; o acidente de Goiânia (bomba de Césio).

Em **1988**, o Kaa-eté, publica um jornalzinho que enfoca muitos erros de conceitos em relação à Educação Ambiental, ele coloca vícios e idéias errôneas sobre a natureza adquirida na fase escolar. Assim percebemos que estudantes chegam às aulas com idéias prévias, com “modelos” e

“teorias” (concepções alternativas), enfim concepções sobre como funciona o mundo em que vivem. Tais concepções são chamadas alternativas porque estão em desacordo com o conhecimento cientificamente aceito. Seus significados não são compartilhados pela Comunidade Científica. É preciso promover a mudança conceitual. (MOREIRA, 2006).

“Apesar de que a mudança que interessava Piaget era estrutural, ou seja, das estruturas gerais do pensamento, não conceitual, é precisamente na teoria piagetiana, em especial na idéia de acomodação, que se pode encontrar um primeiro modelo explicativo da mudança conceitual”. (MOREIRA e GRECA, 2003).

No jornal escolar elaborado pelo Kaa-eté em 1988, ele aborda a importância da educação ecológica para as crianças, enfatiza que as histórias contadas para as crianças abordam animais sempre com características antropomórficas (lobo mau, formiga trabalhadeira, cigarra acomodada, tubarão assassino...). Também aborda que muitos livros didáticos apresentam listas de animais úteis e nocivos, apenas e não coloca que na realidade biológica mostra, que todos os organismos vivos resultam de um processo evolutivo de milhões de anos, e aqueles que se mantiveram, é porque são formas aperfeiçoadas de vida.(TEORIA DA EVOLUÇÃO BIOLÓGICA).

“Para mudar esta realidade é necessário que se aplique um modelo educacional ecológico, onde as reais características de cada animal devam ser estudadas em seu contexto ambiental, levando os alunos a conhecê-los e conseqüentemente respeitá-los”. (BERNARDIM, Leonam da FBCN, 1988).

Em **1989** e **1990**, o Kaa-eté trabalhou vários problemas ambientais brasileiros, como: queimadas; extinção de várias espécies; especulação imobiliária em manguezais e outros ecossistemas locais.

Em **1991** e **1992**, houve várias palestras sobre problemas ambientais, promovidas pelo grupo Kaa-eté e a preocupação constante com a Floresta Amazônica e a Serra do Mar. Em 1992, a professora Ruth X., uma das fundadoras do grupo se aposentou e deixou de ser coordenadora do grupo. Porém ela continua ainda no Colégio Júlio de Castilhos, todas as terças-feiras fazendo parte da comissão de professores aposentados do Colégio Júlio de Castilhos. A partir de 1992, o kaa-eté começou a apresentar algumas “pausas”.

O Kaa-eté, em alguns anos foi desativado, e os jornalzinhos semestrais que documentava todas as atividades do grupo, deixaram de ser elaborado a partir de 1992.

Os jornaizinhos eram mantidos através de patrocinadores e venda de papéis e jornais velhos para a reciclagem.

No período de **1992** a **2000**, coletamos informações deste período apenas por meio de

entrevistas, e os entrevistados afirmam que o Kaa-eté passou por vários períodos de desativação e não conseguiu se organizar como em tempos atrás, não foram elaborados mais jornaizinhos, nem houve grandes projetos. Em muitos anos consecutivos houve apenas promoção de algumas palestras trimestrais, sobre o meio ambiente e seus problemas.

O grupo Kaa-eté, como já colocamos, por ser um grupo formado essencialmente por alunos do ensino médio que espontaneamente resolveram lutar pela preservação ambiental, é natural que enfrente algumas dificuldades como já falamos, falta de conhecimento básico sobre o ambiente e suas relações, deficiência de recursos materiais e de tempo, pela própria complexidade do trabalho numa Escola Pública, rotatividade dos alunos que compõem o grupo e que cumprem, na escola, os três anos do ensino médio, reestruturação do grupo a cada início de ano letivo, percorrendo novamente todas as etapas de integração, com o novo tipo de trabalho, queda de participação dos alunos nos períodos de avaliação, falta de empenho de outros colegas, desestímulo frente a irresponsabilidade de tantas pessoas influentes e poderosas, não têm o mínimo de sensibilidade e respeito pela vida humana e permitem tanta desgraça e destruição.

Segundo Ione Y (1984), o Kaa-eté tem no aluno o centro de iniciativa e funcionamento e, no professor, a chance de sobrevivência porque é este quem permanece na escola.

Fase Informativa

Pretendemos compartilhar através de participações em eventos, palestras, artigos, seminários e dissertação todo nosso trabalho, elaborado a partir da história do Grupo Ecológico Kaa-eté, com o auxílio dos jornais escolares, das conversas, observações, entrevistas e questionários realizados com os participantes e ex-participantes do Grupo.

No período de **2000** a **2005/2006** o grupo também não elaborou jornais escolares, não havendo registros das atividades. Sabe-se que o Grupo elaborou murais semestrais, abordando temas de preservação e atividades programáticas, promoveu palestras e ciclos de palestras, em que personalidades convidadas expuseram assuntos de sua especialidade e de interesse dos alunos, bem como organizou campanhas e abaixo-assinados contra o fumo, extinção de espécies; realizou campanhas de detergentes, a favor da limpeza das salas de aula, redução do lixo e reciclagem de papel. Promoveu parceria (convênio) com a SMAM e o Núcleo Umbro para a revitalização da praça em frente à Escola (Praça Piratini).

Estas informações foram fornecidas pela professora Marília Z, orientadora do grupo a partir de 2003.

A professora Marília Z (2005), coloca que o desenvolvimento da noção de cidadania e a consciência ecológica são os principais ganhos para os alunos envolvidos no grupo.

A professora Ione Y (1984), coloca que o Kaa-eté apresenta vários resultados positivos,

sendo que os principais ganhos para os alunos envolvidos são: ganho cognitivo pelo interesse despertado pelas disciplinas envolvidas no problema a ser abordado; iniciativa; criatividade; responsabilidade e principalmente integração no grupo como ponto fundamental para atingir o objetivo proposto. Essa preocupação da participação social como agente transformador de uma realidade proporciona um crescimento incomparável; afetivo, ressalta-se o bom relacionamento entre colegas de turmas e turnos diferentes, entre alunos e professores, bem como a direção, que colaboram e incentivam o trabalho de defesa do patrimônio ambiental.

Enfim, a própria escola é beneficiada com uns ambientes mais descontraídos, espontâneos e humanos.

A maioria dos integrantes e ex-integrantes do Grupo Ecológico Kaa-eté concorda que a existência de atividades extraclasse, de participação espontânea de alunos interessados, é a melhor maneira de atingir os objetivos propostos.

O Colégio Estadual Júlio de Castilhos (Julinho) sempre se destacou pela sua preocupação com os problemas que afligem a comunidade, e os problemas ambientais são prioritários, tendo em vista os danos causados por uma sociedade industrial cujo objetivo maior é o lucro, independente do respeito aos direitos humanos. Em depoimentos de Professores do Julinho eles reconhecem:

“A Escola é um lugar onde os problemas devem ser discutidos e divulgados, não isoladamente, mas integrados a todas as disciplinas, que estudam o relacionamento do ser humano com a natureza e com os seus semelhantes” (interdisciplinaridade). (Professora Ione Y, 1984).

“É de suma importância a formação de grupos ecológicos independentes das atividades curriculares, que atuam de acordo com os interesses dos alunos, e no qual eles mesmos proponham estratégias e soluções”. (Professores do Colégio Júlio de Castilhos).

Em **1984**, um dos objetivos propostos pelo grupo Kaa-eté é a abordagem da ecologia em todas as disciplinas curriculares, de acordo com seus conteúdos.

Em **2006**, um dos objetivos propostos pelo grupo Kaa-eté é a abordagem da Educação Ambiental em todas as disciplinas curriculares de acordo com seus conteúdos.

Evidenciamos através desta dissertação como as atividades extraclasse são importantes para a formação de valores e formação de cidadãos críticos, criativos e atuantes, capazes de assumir livremente uma relação positiva entre ambiente e sociedade.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Grupo Ecológico Kaa-Eté é um exemplo de Construtivismo na Educação Ambiental. Na relação entre a educação ambiental e o construtivismo García (1994), fala das contribuições da perspectiva complexa e sistêmica para a educação e dos princípios de intervenção educativa. Insistindo um pouco mais na idéia a progressão da evolução da compreensão simples do meio à complexa supõe também a construção da idéia de interação por parte do sujeito, que supera a percepção e o uso do meio como cenário e atinge uma compreensão de caráter sistêmico.

O construtivismo é uma posição filosófica cognitivista interpretacionista. Cognitivista por quê? Porque se ocupa da cognição, de como o indivíduo conhece, de como ele constrói sua estrutura cognitiva. Interpretacionista porque supõe que os eventos e objetos do universo são interpretados pelo sujeito cognoscente. O ser humano tem a capacidade criativa de representar e interpretar o mundo, não somente de responder a ele (Moreira, 2004).

A educação ambiental facilita assim o desenvolvimento de uma série de meta conhecimentos ou meta conhecimentos interdisciplinares, isto é, conceitos, procedimentos e valores que atuam como eixos integradores, enquanto as concepções dos sujeitos intervêm como uma constante durante todo o processo, e não apenas em determinados momentos deste.

O momento de maior significado no curso do desenvolvimento intelectual, que dá origem às formas puramente humanas de inteligência prática e abstrata acontece quando a fala e atividade prática (interação social), então duas linhas completamente independentes de desenvolvimento convergem (Vygotsky, 1984).

A Educação Ambiental pode promover aprendizagem significativa no sentido que ela examina a realidade, verifica contextos, busca interconexões. Quando nos referimos ao contexto, podemos fazê-lo de uma perspectiva reducionista (contexto físico e natural) ou de uma perspectiva mais ampla, de ordem social e cultural.

Aprendizagem significativa caracteriza-se pois, por uma interação entre os aspectos específicos e relevantes da estrutura cognitiva e às novas informações por meio da qual essas adquirem significados e são integradas à estrutura cognitiva de maneira não arbitrária e não-literal, contribuindo para a diferenciação, elaboração e estabilidade dos subsunçores preexistentes e, conseqüentemente, da própria estrutura cognitiva (Moreira, 1996).

Díaz (2002), afirma a contribuição da educação ambiental (e em geral dos temas transversais) ao enfoque construtivista e à sua evolução no sentido da abertura para o contexto. “Na essência do construtivismo estudos precedentes de diversos campos coincidem em afirmar que o conhecimento não é o resultado de uma mera cópia da realidade, mas sim de um processo dinâmico e interativo, mediante o qual a informação é interpretada e reinterpretada”. (COOL e GÓMEZ-GRANELL, 1994).

A transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e o compromisso com as relações interpessoais no âmbito da escola, pois os valores que se quer transmitir, os experimentados na vivência escolar e a coerência entre eles devem ser claros para desenvolver a capacidade dos alunos de intervir na realidade e

transformá-la, tendo essa capacidade relação direta com acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade (BRASIL, 1998, p. 31).

O Grupo Ecológico Kaa-eté inclui-se na teoria construtivista de aprendizagem de Ausubel (1978) na qual a idéia central era que se tivesse que reduzir toda a psicologia educacional a um só princípio: “o fator isolado mais importante influenciando a aprendizagem é aquilo que o aprendiz já sabe. Determine isso e envie-o de acordo” (AUSUBEL, 1978). O conceito chave da teoria é o próprio conceito de aprendizagem significativa que, segundo Moreira (2003), é aquela em que o significado do novo conhecimento vem da interação com algum conhecimento especificamente relevante já existente na estrutura cognitiva do aprendiz com um certo grau de estabilidade e diferenciação.

Nesta interação, não só o novo conhecimento adquire significado, mas também os conhecimentos anteriores ficam mais rico, mais elaborado, adquire novos significados. A interação (entre conhecimentos novos e prévios) é a característica chave da aprendizagem significativa e o novo conhecimento deve relacionar-se de maneira não arbitrária e substantiva com aquilo que o aprendiz já sabe, sendo que este deve apresentar uma pré-disposição para aprender. A aprendizagem significativa implica na aquisição de novos significados e, reciprocamente, estes são produtos da aprendizagem significativa.

Embasado nesta teoria, o professor deve ensinar considerando o conhecimento prévio do aluno, utilizando princípios facilitadores como os organizadores prévios, diferenciação progressiva e reconciliação integrativa. A diferenciação progressiva ocorre quando conceitos-chaves são introduzidos nos primeiros encontros e progressivamente são diferenciados ao longo dos demais. A reconciliação integrativa acontece quando o ensino aponta diferenças reais ou aparentes, estabelece semelhanças e distinções, faz sempre referências às proposições e conceitos centrais do conteúdo curricular. Os organizadores prévios são materiais introdutórios que explicitam a relacionabilidade do novo conhecimento com aquele já existente na estrutura cognitiva do aluno.

Nas atividades extraclasse a “Educação Ambiental vem se consolidando também ancorada em aspectos de teorias como da elaboração de conceitos e dos mapas conceituais” (AUSUBEL, 1968).

Os mapas conceituais são instrumentos para negociar significados, para facilitar a aprendizagem significativa como tal, ele é um diagrama que muda à medida que ocorre a aprendizagem significativa. Mapas conceituais não são definidos, são instrumentos para representar e aprender a estrutura conceitual de um corpo de conhecimento, sendo de grande valia para o estudo da educação ambiental e muito utilizado pelos professores da Escola observada.

Nos encontros com o Grupo Ecológico observaram-se em vários momentos na verbalização dos componentes, a presença da teoria de Vygotsky. O tema central de Vygotsky (1896-1934) é a relação entre pensamento e linguagem, mas em um nível mais profundo, trata-se de uma teoria sobre desenvolvimento intelectual, na qual a concepção sobre desenvolvimento é também uma teoria de educação (VYGOTSKY, 1989).

Segundo esta teoria, o desenvolvimento cognitivo não pode ser entendido sem referência ao contexto social, histórico e cultural em que ocorre. Os processos mentais superiores (pensamentos, linguagem, conduta volitiva) do indivíduo tem origem em processos sociais. O desenvolvimento desses processos no ser humano é mediado por instrumentos e signos construídos social, histórica e culturalmente no contexto em que se situa. Instrumento é algo que pode ser usado para fazer alguma coisa. Signo é algo que significa alguma coisa. Palavras, por exemplo, são signos lingüísticos.

A interação social é na perspectiva Vygotskyana, o veículo fundamental para a transmissão dinâmica (de inter para intrapessoal) do conhecimento social, histórica e culturalmente construído. Segundo Garton (1992): “Uma definição de interação social implica um mínimo de duas pessoas intercambiando informações. (o par, ou díade, é menor microcosmo de interação social). Implica também certo grau de reciprocidade e bi-direcionalidade entre os participantes, ou seja, a interação social supõe envolvimento ativo (embora não necessariamente no mesmo nível) de ambos os participantes desse intercâmbio, trazendo a eles diferentes experiências e conhecimentos, tanto em termos qualitativos como quantitativos”.

Segundo Moreira (2004), as crianças, geralmente, não crescem isoladas, interagem com os pais, com outros adultos da família, com outras crianças e assim por diante. Adolescentes, adultos, moços e velhos, geralmente não vivem isolados, estão permanentemente interagindo socialmente em casa, na rua, na escola etc. Para Vygotsky, esta interação é fundamental para o desenvolvimento cognitivo e lingüístico de qualquer indivíduo. Contudo, seus mecanismos são difíceis de identificar, qualificar e quantificar com precisão.

A Educação Ambiental é um processo permanente no quais os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individualmente ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais presentes e futuros (UNESCO, 1987).

A Educação Ambiental visa a interação social e tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das ações.(TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL via on-line).

Para Díaz (1999), a Educação Ambiental deve estar em sintonia com a realidade social,

econômica, política ecológica e tecnológica, devendo fazer com que os indivíduos percebam os vários fatores que interagem no meio ambiente e, através da mudança de hábitos e atitudes, sejam capazes de se envolverem em ações que busquem a melhoria da qualidade de vida.

Paulo Freire é outro educador que se faz representar na Educação Ambiental entre os “julianos”. E, uma proposta de Educação Ambiental baseada nas idéias de Paulo Freire (1999) aparece centrada no compromisso de resgate das origens do povo brasileiro, a partir do seu contexto mais próximo que é a escola. Deste modo, dando ênfase à história regional, faz-se justiça às nossas diferentes raízes étnicas, mostrando como a realidade ambiental atual foi produzida historicamente por diferentes agentes sociais.

Além disso, deverá romper com o processo fragmentado, alienado e alienante da construção do conhecimento. Com ênfase na interdisciplinaridade, a atividade extraclasse deverá superar a justaposição ou a inserção das diferentes disciplinas sobre determinado tema. Para tanto, baseia-se nos seguintes aspectos:

- Valorização do conhecimento do aprendiz de sua história de vida e de sua cultura;
- Elaboração de um plano de trabalho político-pedagógico de caráter coletivo que respeite a participação de todos e de cada um no processo permanente e coletivo de construção do conhecimento.
- Prática efetiva e permanente de diálogo com a comunidade;
- Orientação à investigação e à pesquisa dos problemas ambientais locais;
- Desenvolvimento de habilidades e hábitos de uso adequado e científico das fontes históricas;
- Participação efetiva dos componentes na definição dos temas e projetos de trabalho;
- Estímulo permanente à discussão, à construção de hipóteses, ao enfrentamento das dúvidas, ao exercício de estimativas;
- Desenvolvimento de habilidades de análise, comparação, justificação, argumentação, síntese e intervenção.

Enfatizando as relações entre o presente e o passado, a educação ambiental aparece comprometida com o questionamento da ordem estabelecida, procurando desvelar a realidade aparente, buscando alternativas para o questionamento e a superação dessa realidade. Sendo uma proposta de educação libertadora, crítica e criativa, volta-se para formas diferenciadas de pensar e agir sobre a atual realidade.

Outra questão importante é a relação entre desenvolvimento e democracia, e dentro dela, buscam-se respostas para a questão do que vem a ser cidadania, hoje, no Brasil. Para tanto, é indispensável que a educação ambiental seja capaz de permitir aos envolvidos a mais ampla

compreensão das raízes ambivalentes da nossa cultura, presa ao desejo ambíguo de construir um mundo melhor e ao horror da mudança, que no Grupo é uma busca constante.

Paulo Freire não se dedicou especificamente ao estudo da educação ambiental, porém se dedicou ao estudo da preservação da vida. No seu último texto escrito, em 21 de abril de 1997, falando sobre os assassinos do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, ele diz, mais enfaticamente do que em outras passagens de seus escritos, o seguinte sobre o assunto: “Se nada disso, ao meu juízo, diminui a responsabilidade desses agentes das crueldades, o fato em si de mais esta trágica transgressão da ética nos adverte de como urge que assumamos o dever de lutar pelos princípios éticos mais fundamentais como do respeito à vida dos seres humanos, à vida dos rios e das florestas. Não creio na amorosidade entre homens e mulheres, entre os seres humanos, se não nos tornarmos capazes de amar o mundo. A ecologia ganha uma importância fundamental neste fim de século. Ela tem de estar presente em qualquer prática educativa de caráter radical, crítico ou libertador.” (Pedagogia da indignação, São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 66-67).

No último livro publicado em vida por P. Freire, em 1997, intitulado “Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa”. Na p. 33, temos como subtítulo do primeiro capítulo: “Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos”. E P. Freire questiona: “Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas descuidadas pelo poder público da cidade para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar da população, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das pessoas”.

Nos encontros foram apresentadas várias obras em que Paulo Freire defende a preservação da vida. Por exemplo, no livro “A sombra desta mangueira”, Freire (1995) contempla a natureza. Citemos o primeiro parágrafo do livro (p. 15):

“As árvores sempre me atraíram. As frondes arredondadas, a variedade do seu verde, a sombra aconchegante, o cheiro das flores, os frutos, a ondulação dos galhos, mais intensa ou menos intensa em função de sua resistência ao vento. As boas-vindas que suas sombras sempre dão a quem a elas chega, inclusive há passarinhos multicores e cantadores. Há bichos, pacatos ou não, que nelas repousam.”

Esta comunhão de Freire com as árvores, com a natureza, com a terra nos convida a um vôo para a Amazônia (ANDREOLA, 2003). O professor Alberto Damasceno, da Universidade Federal do Pará, escreveu um depoimento breve para o livro “Paulo Freire: uma bibliografia” (1996: 231-232). O título: “Paulo Freire, a Amazônia e o boto.” Freire se encantou com a narração da lenda relativo à força sedutora do boto, identificando na mesma não apenas o encanto poético, mas “uma determinada forma de ação cultural”. Fiel a seu compromisso com o diálogo, segundo o professor

Damasceno, Freire “fala com o povo da Amazônia e aprende com este o saber da floresta; permanece fiel à idéia da transformação permanente e mais uma vez recria o discurso pedagógico e inaugura a idéia da ação educativa(...)” e discorre a respeito “do gosto pela liberdade de ser, de estar sendo, da liberdade de andar, da liberdade de parar, da liberdade de voltar, da liberdade de perguntar, da liberdade de sonhar, da liberdade de dizer não, da liberdade de farrear, da liberdade de aplaudir, da liberdade de achar bonito a lua que aparece, da liberdade de me banhar, da liberdade de acreditar ou não acreditar na potência e na força do bolo.”

Temas como espaço, natureza, mundo, terra, árvores, rios e problemas agrários estão sempre presentes em várias obras Freire, junto com a educação conscientizadora, dialógica, da comunicação e da libertação, do respeito e da valorização dos outros; da colaboração e da participação que estimula a observação e a curiosidade dentro dos limites da ética.

Precisa-se de todos os princípios “freireanos” se quiserem, de fato, fazer um projeto de educação ambiental sério e responsável. Princípios pelos quais ele sempre lutou porque com eles construiu sua vida e coerentemente a sua obra é o exemplo disseminado entre os componentes.

Segundo Ana Freire (2003), só uma educação com a competência, o bom senso e a sensibilidade de educadores, dentro de princípios ético-políticos, realmente engajados no humanismo autêntico pode educar gente capaz de re-estabelecer o equilíbrio necessário entre os homens e as mulheres entre si na e com a natureza, isso para construirmos uma sociedade com desenvolvimento sustentável, portanto, democrática entre nós todos e todas da terra.

As práticas libertadoras, segundo Freire requerem comunicação; comunicação exige diálogo e não comunicados, ordens ou prescrições. O diálogo em torno da educação ambiental é mais do que uma questão científica, política ou epistemológica. É uma questão ético-antropológica de luta pela vida.

É preciso que os envolvidos no processo educativo possam fazer a leitura crítica do cotidiano. Somente com a transferência do contexto político-cultural mais abrangente pode-se compreender que, por herança colonial, nossa sociedade constituiu-se de classes e segmentos sociais que se relacionam a partir do princípio da desigualdade social. Contrariamente, porém, nossas leis, nossos ideários, nossos discursos e falas refletem uma sociedade estruturada pela igualdade de direitos. É esse choque permanente entre o ideário de igualdade de direitos e a desigualdade de direitos e a desigualdade concreta refletida nos processos de troca, sejam elas econômicas ou sociais que mantêm a lógica desse cotidiano indesejável.

Nesse contexto as idéias de Paulo Freire assumem nas atividades do Grupo, um papel fundamental, no sentido de fomentar uma Educação Ambiental que venha a qualificar essa

cidadania, não apenas preparando para a reivindicação de igualdade formal e gerando a consciência, mas também preparando os estudantes para o reconhecimento crítico do que é a sociedade brasileira, e como cada um pode, fazendo uso legítimo da liberdade, aspirar por mudanças e promovê-las.

Esta Educação Ambiental também é um instrumento pedagógico para o árduo trabalho de revalorização de ética da austeridade. A cada dia, é preciso combater o consumo cada vez mais sofisticado, tendo-se em conta o paradoxal estado de miséria absoluta em que se encontram dezenas de milhões de brasileiros. Faz-se assim, um trabalho educativo, voltado para a qualificação desse consumo, fundamentado na austeridade, no combate ao desperdício, e associado ao aumento da produtividade; esta é a finalidade de um processo educativo que se pretende libertador.

6. CONSIDERAÇÕES

O Grupo Ecológico Kaa-Eté através de suas ações obteve a cooperação da Comunidade Escolar na realização da tarefa de conscientização em relação à preservação ambiental.

A atuação do grupo ainda hoje possibilita manifestações individuais de Alunos e Professores, permitindo a observação de seu desempenho ao conseguir que seus membros atuem em programas de televisão, com temas sócio-ambientais, efetivem palestras e seminários, tendo como instrumento principal de divulgação das idéias, o seu Jornal Escolar.

Sabe-se que a educação Ambiental é um trabalho de longo prazo, entretanto o Grupo Ecológico Kaa-eté tem realizado um trabalho ambiental contínuo e interdisciplinar.

A pesquisa desenvolvida reveste-se de grande atualidade, ao sensibilizar e abrir caminhos na Educação Ambiental, no cotidiano escolar, além de comprovar que os trabalhos extraclasse desenvolvem capacidades para a tomada de decisões oferecendo ao grupo envolvido, momentos de reflexão e crítica da realidade ambiental, tomando como referenciais as teorias, conceitos, procedimentos e costumes existentes.

As atividades extraclasse do grupo complementam os ensinamentos do Colégio e concorrem para a assimilação ativa dos temas ambientais, tendo como exemplos as palestras, os debates e o jornal escolar, cujo destaque é o estudo do meio.

Evidencia-se na participação durante os encontros, o caráter interativo comunidade/escola/atividade extraclasse quando acontece a dinamização no processo de

aprendizagem bem como nas tomadas de decisões em grupo.

Observa-se que as reuniões do grupo não se restringem à teoria, mas envolve todos os procedimentos que possibilitam ao estudante entrar em contato com um conjunto significativo que é o ambiente, através de levantamentos, discussões e compreensão de problemas concretos do cotidiano do aluno/professor/cidadão, da sua família, da sua cidade, região ou país.

A pesquisa comprova a importância das atividades extraclasse, desencadeando a necessidade da interdisciplinaridade e a participação nos grupos para motivação e ampliação de conhecimentos incentivando atitudes positivas enriquecedoras e responsáveis diante do ambiente e da sociedade.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, C.^{aa} & VELASQUES, V.G. *Unidade de reciclagem do município de Porto Alegre* DMLU, 2000.
- ARROYO, Miguel G. *Ofício de Mestre*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- BELEZA, C.F. e Colaboradores. *Eu vivi esta História no Julinho (1900-2000)*. 1.ed. Editora Didática Sul: Porto Alegre/RS, 2000.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos: Temas Transversos*. Brasília: MEC, 1998, 436p.
- BRASIL, Secretaria de E.F.P.C.N.: *Terceiro e Quarto Ciclos: Introdução aos PCNs*. Brasília: MEC, 1998, 174 p.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1996.
- _____. Lei nº 9795/95, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 11 de maio, 1999. *Jornal da Lei* nº 49, p. 1-2.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Coordenação de Educação ambiental. *A implantação da Educação Ambiental no Brasil*. Brasília, 1998.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: Ministério da Educação, 1998.
- CARNEIRO, M.A. *LDB Fácil*. 5^a ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.
- CASTRO, RS., LAYARGUES, P.P., LOUREIRO, F.B. (orgs). *Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez, 2002.
- COIMBRA, A.S. e FERNANDES, A.A. *Movimentos Sociais e Educação ambiental*. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. Vol. 15, Julho a Dezembro de 2005.
- COIMBRA, A.S., SILVA, M.C. *Educação Ambiental: uma concepção na terceira idade*. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2004.
- COLL, C.; MARTIN, E. et al. *Aprender conteúdos e Desenvolver Capacidades*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- COMÊNIO, J.A. (1957). *Didática Magna – Tratado da Arte Universal de Ensinar tudo a todos*. 3.ed. Lisboa, Portugal, Fundação Galouste Gulbenkian, 1957.
- DENZIN, N.K. e Y.S. LINCOLN “Introduction: Entering the Field of Qualitative Research”. En N.K. Denzin y Y.S. Lincoln (eds) *HANDBOOK OF QUALITATIVE RESEARCH*. Londres: Sage, 1994.
- DIAS, G.F. *Educação Ambiental: princípios e práticas*. São Paulo, 1977.

- FAZENDA, I.C.A. *Integração e Interdisciplinariedade no Ensino Brasileiro: efetividade ou ideologias*. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GARTON, Alison F. (1992). *Social interaction and the development of language and cognition*. Hillsdale, U.S.A., Lawrence Erlbaum.
- GOHN, M.G.M. *Teoria dos movimentos sociais, paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
- GOHN, M.G.M. *Movimentos Sociais e Educação*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- GOHN, M.G.M. (org.). *Movimentos Sociais no Início do Século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- LOUREIRO, C.F.B. et al. *Educação ambiental: repensando o espaço da Cidadania*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MINC, C. *Ecologia e Cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998.
- MOREIRA, M.A. *Teorias de Aprendizagem*. São Paulo: Universitária, 1999.
- MULLER, J. *Educação Ambiental: Diretrizes para a Prática Pedagógica*. FAMURS, 2000.
- OAIGEN, E.R. (1995). *Atividades Extra-classe e Não-Formais: uma política para a formação do pesquisador*. Artigo apoiado na tese de doutorado apresentada pelo autor em 1995 do Curso de Pós-Graduação em Educação Brasileira – Doutorado UFSM/UNICAMP.
- OAIGEN, E.R. *A influência das atividades não-formais e extra-classe na iniciação à Educação Científica*. Dissertação de Mestrado. UFSM – RS, out/1990.
- PENTEADO, H.D. *Meio Ambiente e Formação de Professores*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- REIGOTA, M. *O que é Educação Ambiental*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- _____ *Meio Ambiente e Representação Social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- TRINDADE, I. *Manual de Educação Ambiental*. Porto Alegre: Síntese, 1995.
- www.educacaoonline.pro.br. A Educação em valores na Lei de Diretrizes e Bases – Vicente Martins.
- VYGOTSKY, L.S. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- _____ *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

INSTRUMENTOS

QUESTIONARIO PARA A PROFESSORA

01) Qual o período que a sra. participou do grupo?

O Kaa-eté iniciou em abril de 1979. Participei desde o início de sua formação até 1984, quando passei a atuar apenas na Universidade, tendo me afastado do CE Júlio de Castilhos.

02) Como foi o surgimento e em que contexto nasceu o Grupo Kaa-Eté?

Surgiu no contexto de expansão do debate sobre a preservação da natureza e, no Rio Grande do Sul, com o retorno de José Lutzenberger ao Estado, fazendo palestras e mobilizando a atenção para a dinâmica ambiental. Faço um relato deste fato em um artigo publicado nos Anais do Encontro de Geógrafos, ocorrido em São Paulo, em 1984. Não tenho mais este texto, mas acho que o encontra na AGB (Alberto Bins, 480) ou na Biblioteca que atende a cursos de Geografia.

03) Quais os princípios norteadores e valores do grupo?

O princípio foi a sensibilização da comunidade juliana (professores, alunos, funcionários, pais) para os problemas ambientais e a preservação da natureza.

Muitos valores eram abertamente reconhecidos, como responsabilidade, comprometimento, estudo e argumentação adequada, ética. Outros surgiam como atitudes necessárias ao trabalho no grupo, como iniciativa, prontidão, organização, solidariedade, amizade, cooperação.

04) Quais as principais ações e conquistas do Grupo Kaa-Eté? (citando alguns projetos e movimentos desenvolvidos pelo grupo)

No texto que citei, relato o que foi feito no período. Houve uma importante ação em outras escolas.

05) Como o Grupo Kaa-Eté continuou os seus trabalhos depois que os fundadores deixaram de coordenar o grupo?

A passagem do aluno é breve no colégio. Os fundadores eram de diferentes séries e turmas. Isto fazia com que sempre houvesse a substituição das lideranças por novos colegas. Também no artigo cito a importância do trabalho do professor fazendo a ligação entre os que saíam e os que permaneciam.

06) Como o Grupo Kaa-Eté se apresenta hoje em termos de projetos e movimentos?

Não estou mais na escola, salvo às quartas à tarde. Tenho a impressão que o grupo está desativado. Um aluno do Grêmio (Lucas) ficou com um material que eu tinha e que talvez possa te interessar.

Obs.: Qualquer informação adicional que porventura a sra. ache relevante a ser descrita, por favor fique à vontade, pois será muito importante para o meu trabalho.

Destacaria a importância de ações extracurriculares, como o Kaa-eté na formação integral do aluno, no seu crescimento na área cognitiva, ampliando o leque tradicional de conteúdos, desenvolvendo um espírito investigativo, mas sobretudo na formação de atitudes e valores.

Desde já agradeço a atenção e a colaboração prestada em prol da minha pesquisa.

MESTRANDA: Débora.